



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:
COLETIVO FORÇA TURURU EM PAULISTA-PE**

ELVIS ELIAS SAMPAIO PINHEIRO

Brasília-DF, Novembro de 2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:
COLETIVO FORÇA TURURU EM PAULISTA-PE**

ELVIS ELIAS SAMPAIO PINHEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa Políticas públicas, movimentos sociais, diversidade sexual e de gênero, raça e etnia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Maria de Castro

Brasília-DF, Novembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Desenvolver este trabalho em um programa de pós graduação em Direitos Humanos não foi fácil, principalmente no contexto que envolve o país desde as eleições de 2018, período em que ingressamos no curso. Busquei o desconhecido em um local que não tinha referências e relações, saí com muito aprendizado e amizades. Dedico a vocês:

Ao Coletivo Força Tururu, pela generosidade em compartilhar comigo tantos momentos de afeto e luta, pela grande amizade e esperança de construir a justiça social em nosso país e região. Sem a força de André, Cidi, Neto, Edilena, Maurilo, Alyson, Anne, Suelany, Seu Giga, Dona Jaci, Nene, Lara, Flora, Cinthia, Elba, Ayana, Yan, Jessinho, Seu Zeca do Rolete e toda a população da comunidade sem a qual esse trabalho não existiria.

À minha orientadora, prof^a. Vanessa Maria de Castro, pela carinho e cuidado que teve comigo durante o duro processo de escrita, pelo zelo e cautela com nossos estados físicos e mentais.

Aos professores Luiz Carlos Pinto, Wanderson Flor, Marcelo Castañeda, Wellington Almeida pelas contribuições nas bancas de qualificação e defesa, que me ajudaram a aperfeiçoar o trabalho com sua lente cuidadosa.

Aos professores e técnicos que formam o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, pessoas que me ensinaram muito mais do que eu imaginava. Profs. Nair, Zé Geraldo, Renísia, Sinara, Menelick, Wanderson, Leandro, Alexandre e todas as pessoas que compõem o quadro docente. Também agradeço ao auxílio sempre generoso da Maria e Letícia, da secretaria do curso.

Aos colegas e amigos que fiz na UnB e em Brasília, que foram fundamentais para me fortalecer durante a jornada do curso: Jack, Mayara, Laísa, Edu, Sibelle, Gabi de Almeida, Raíssa, Franklin, Renata, Leonor, Calimério, Jonas, Dárliton, Simone, Jaciara, Fernanda, Gabi Jardon, Maíra, Rayane, Laysi, Suliete, Nara, Luciano, Phelipe, Luiz, Breno. Sem esquecer dos queridos Di Flores, Sarah, João, Sofia, Carol, Luiza e a maior galera que me fortaleceu na seca e no frio de Brasília.

Aos meus familiares, que nunca deixaram de acreditar nos meus sonhos, em especial à minha mãe Tereza e aos meus irmãos Diego, Caio e Letícia.

Aos amigos e amigas da minha vida, meu chão, minha base e meus sonhos. Sá, Dilla, Splinter, Xitara, Bizão, Dudis, Queijo, Svenska, Xanessa, Xaxa, Sapatinha, Fau, Ana Crack, Dema, Raul, Vasco, Fred, Pomba, Faltay, Geison, Tetsuo, Lucas, Allan Luna, Adilson Didil, Fred Caju, Palito, Nelise e todo mundo que me incentivou nessa jornada.

À CAPES por financiar parte da pesquisa.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CFT - Coletivo Força Tururu

COPPA - Rede de Coletivos Populares de Paulista

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular

RMR - Região Metropolitana do Recife

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos

UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO DE IMAGENS

Figura 1: Exemplar de julho de 2019 do fanzine 'Articula Tururu',	18
Figura 2: Integrantes do CFT realizando a pesquisa da campanha 'Uma só vida'...	21
Figura 3: Debate com integrantes do CFT e Coletivo Butuka.....	24
Figura 4: Mapa de Paulista com destaque para o bairro do Janga e comunidade do Tururu.....	26
Figura 5: Mapa da comunidade do Tururu.....	28
Figura 6: Foto aérea do campo de futebol e quadra da comunidade.....	29
Figura 7: Agentes da Força Nacional revistando motorista e cobrador de ônibus em Paulista.....	34
Figura 8: Integrantes do CFT na reunião de planejamento do 2º semestre de 2019.....	42
Figura 9: Cidicleiton filmando depoimento de moradora da comunidade.....	47
Figura 10: Morador da comunidade retratado em foto da exposição 'Uma só vida: do medo ao enfrentamento'.....	48
Figura 11: Segunda turma da Formação em comunicação popular promovida pelo CFT.....	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CAPÍTULO 1: ‘Vez e voz da comunidade’ - Coletivo Força Tururu	16
1.1: Campanhas.....	19
1.2: Integrantes.....	22
1.3: Percursos no Tururu - a comunidade.....	26
1.4: Pontos de apoio - Casa Herbert de Souza.....	31
1.5: Forjando identidades: criminalidade violenta, mídia e fala do crime.....	32
3. CAPÍTULO 2: Fortalecimentos e desandes: uma teia de ruas e redes	40
2.1: Midiativismo de favela.....	45
2.1.1: Midiativismo no capitalismo de dados.....	49
2.2: Formações.....	52
2.3: Atividades culturais.....	56
4. CAPÍTULO 3: ‘O crime não nos representa!’ - ações coletivas na construção dos direitos humanos	57
3.1: Espaços de luta para reivindicação da dignidade humana.....	63
3.2: Sobre a práxis libertadora.....	68
5. CONCLUSÃO	70
6. BIBLIOGRAFIA	74

Há um tempo atrás se falava em bandidos

Há um tempo atrás se falava em solução

Há um tempo atrás se falava em progresso

Há um tempo atrás que eu via televisão

(Chico Science e Nação Zumbi - Banditismo por uma questão de classe)

INTRODUÇÃO

Gostaria de iniciar esta dissertação explicando o meu encontro com a temática que irei explorar ao longo deste trabalho. Em março de 2016, durante uma visita ao Rio de Janeiro/RJ, tive a oportunidade de conhecer algumas iniciativas¹ em que moradores de periferias estavam engajados a partir da apropriação de recursos tecnológicos e estruturas das redes sociais para a promoção de cidadania, ativismo e engajamento cívico, principalmente no combate à violência promovida pelo Estado e aos estigmas que eram vinculados a estas comunidades, representadas a partir de discursos sobre violência, criminalidade e tráfico de drogas.

Toda a articulação que presenciei me despertou um antigo desejo: me dedicar à luta pelos direitos humanos e impactar de forma positiva os meus espaços de vivência na cidade de Recife, local onde nasci e que me remete ao sentimento de estar em casa.

Munido de muitas ideias e poucos recursos, tratei de me reunir com alguns amigos, que convidaram outros, e assim juntamos nossas ideias e passamos a nos ver com alguma frequência para discutir a criação de um projeto que pudesse usar tecnologias digitais e técnicas de audiovisual para realização denúncias de violência de Estado, além de criar uma rede de defensores com o intuito de promover conscientização comunitária acerca do debate sobre direitos humanos e protocolo policial.

Batizamos nosso projeto de Coletivo Butuka, e em pouco mais de um ano e meio de atividades, visitamos comunidades e coletivos que atuam na Região Metropolitana do Recife (RMR). Além disso, realizamos diálogos institucionais e buscamos viabilizar nossa plataforma que se limitou em um aplicativo de celular (em formato teste) para realização de

¹ Entre elas: o trabalho do Coletivo Papo Reto, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (pelo aplicativo 'Nós por Nós'), rede Nossas (pelo canal 'Defezap') e Witness.

denúncias de violações, e também formamos parcerias com grupos ativistas e instituições da região.

Foi durante um desses encontros, ainda no ano de 2016, que tive meu primeiro contato com o Coletivo Força Tururu (CFT), grupo ao qual fui apresentado por meio da ferramenta de buscas do site Facebook, quando pesquisei as seguintes palavras-chave: ‘comunicação comunitária recife’. Um dos primeiros resultados da busca foi o perfil do CFT, grupo que é formado por jovens negros, periféricos, residentes na comunidade do Tururu, bairro do Janga, no município do Paulista/PE. A partir dessa primeira descoberta logo fui levado do Facebook à página do grupo no YouTube, depois ao perfil do Instagram e por fim ao blog.

Me fascinou o fato de que cada interação envolvia uma linguagem específica, criada de acordo com a plataforma utilizada e que variava entre vídeos de apresentações culturais e de artistas da comunidade, textos com denúncias contra instituições públicas, fotos em homenagem aos moradores do local e relatos de suas histórias de vida, além de textos que refletiam sobre pautas identitárias e atividades realizadas pelo coletivo.

‘Mergulhei’ naquele conteúdo e logo compartilhei o material com os integrantes do Butuka, e assim decidimos entrar em contato com o CFT em busca de conhecer suas atividades e articular possíveis parcerias. Enviei uma mensagem no perfil do Facebook e poucas semanas depois estávamos reunidos, percorrendo as ruas da comunidade e participando de uma atividade do curso de formação de comunicadores populares, que na época, em agosto de 2016, o CFT promovia em sua 2ª edição.

Depois da nossa primeira visita, continuei acompanhando o trabalho do CFT por meio das redes sociais e ocasionalmente me encontrei com alguns dos seus membros em situações específicas, como em debates sobre segurança pública em espaços acadêmicos. Em meados

de 2017 o Coletivo Butuka entrou em um estágio de limbo, e, ao contrário do que eu imaginava, meu interesse em torno das temáticas que buscamos implementar crescia cada vez mais.

Foi então que voltei ao Tururu em outubro de 2017 para acompanhar o lançamento do documentário “Ele era meu filho”². De acordo com o CFT o documentário trata de uma “versão de mães e pais que tiveram seus filhos exterminados pelo crime e por este sistema brutal que mata milhares de jovens negros, pobres e moradores de favela em todo o Brasil.” (COLETIVO FORÇA TURURU, 2017)³.

Neste dia cheguei com algumas horas de antecedência e encontrei os integrantes do coletivo na casa de Cidicleiton (Cidi), que também é conhecida como ‘sede CFT’⁴. Transportamos os materiais para a realização do evento e me vi junto ao grupo circulando pelas ruas da comunidade, munidos de câmeras, projetor, notebook, e todo o aparato para a sessão de cinema que foi promovida na Associação de Moradores do Tururu.

Já na sessão, me chamou a atenção a heterogeneidade do público presente, quase todos moradores do local. Na minha ideia pré-concebida, imaginei que a ocasião reuniria pessoas vinculadas a movimentos sociais ou militantes da área de segurança pública. Na associação, percebi a presença de pessoas ligadas a religiões pentecostais, moradores curiosos que passavam pelo local e também aqueles que foram convidados pelas redes sociais e estavam ali para conferir aquelas histórias que se cruzavam com a de seus familiares, vizinhos e amigos.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KsbzZIQAVbE>. Acesso em junho de 2020.

³ Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2017/07/ele-era-meu-filho-um-video-de-vida.html>. Acesso em junho de 2020.

⁴ Atualmente a maioria dos integrantes do coletivo moram fora da comunidade. Sendo assim, a casa de Cidicleiton funciona como local de encontro, reuniões, armazenamento dos equipamentos e também espaço de confraternização, por isso é chamada de forma carinhosa como sede CFT.

Já no final da sessão, comentei com uma amiga que me acompanhava sobre a potência daquelas práticas de comunicação comunitária no âmbito de uma pesquisa acadêmica. Ela prontamente sugeriu que eu tomasse a iniciativa devido ao interesse na temática e a proximidade com o grupo, e foi esse o passo inicial para a construção deste trabalho.

Todas as experiências que vivenciei desde março de 2016 na cidade do Rio de Janeiro/RJ me trouxeram até a elaboração desta pesquisa, que é fruto da curiosidade pelas dinâmicas de resistência e pela promoção dos direitos humanos por meio de práticas ativistas que hoje conectam jovens de diversas periferias do Brasil e do mundo.

Acho importante esclarecer que são dinâmicas que tomei conhecimento com certa idade, visto que passei minha vida inserido em vivências de bairros de classe média do Recife, além de que nunca fui exposto diretamente a muitas das situações de opressão e desigualdades cotidianas que a maioria dos meus interlocutores nesta pesquisa, que envolvem o total descaso com a falta de serviços públicos de qualidade, repressão policial, estigmatização de seu local de moradia e o racismo, tão presentes nas estruturas do aparato institucional brasileiro.

Dito isso, não pretendo aqui falar pelos meus interlocutores, muito menos parto deste lugar de fala. Entendo que o ambiente acadêmico brasileiro e suas dinâmicas ainda são uma estrutura que não permite que as pessoas a que me refiro nesta pesquisa protagonizem a produção de conhecimento científico sobre os seus territórios e populações, silenciados em discursos homogeneizadores e linguagem muitas vezes inacessíveis, o que evidencia a necessidade e urgência do aperfeiçoamento das políticas de acesso às Universidades públicas e gratuitas, bem como à educação de qualidade.

Enveredei pelos trajetos acadêmicos pois acredito na pesquisa científica como ferramenta para o entendimento e transformação social. Transitei pelo campo de trabalho buscando um equilíbrio entre a posição classista da minha presença enquanto pesquisador (SOUSA SANTOS, 1988) e a posição de ativista em busca de compreender e me engajar em processos que considero inovadores na forma de práxis política.

Isso exposto, meu objetivo principal neste trabalho é fazer uma investigação das práticas ativistas que o Coletivo Força Tururu realiza para a construção dos direitos humanos na comunidade do Tururu. Nesse sentido, tenho como objetivos específicos localizar as ferramentas que o CFT se apropria para produção do seu trabalho de ativismo e investigar as práticas ativistas para a conscientização sobre direitos humanos e cidadania.

Por esse motivo, optei pelo método da observação participante como instrumento de pesquisa, pois ela possibilita “uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória” (BRANDÃO, 1987, p.32).

O período oficial do trabalho de campo ocorreu entre 30 de agosto/2019 a 01 de março/2020, mas também acessei memórias dos momentos em que estive com o grupo em oportunidades anteriores. Durante o trabalho de campo participei de atividades junto ao CFT em 4 cidades da Região Metropolitana do Recife: Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Paulista e Recife.

Nesse período escrevi um diário de campo contendo as informações, falas e situações que me chamaram atenção ou que se relacionavam de alguma forma com o propósito desta dissertação. Também acompanhei as páginas de redes sociais que o coletivo administra, no

Facebook, Instagram, blog e YouTube⁵. Juntei essas informações com alguns diálogos e entrevistas informais que realizei com alguns dos membros do coletivo e com moradores da comunidade.

No mês de dezembro de 2019 fui convidado para integrar oficialmente o CFT, convite que aceitei de imediato, inicialmente por conta do interesse pessoal em me organizar coletivamente, como também pela opção metodológica da observação participante, já que essa oportunidade me proporcionou acompanhar as atividades e articulações em ‘primeira mão’, o que, segundo Balsiger e Lambelet ‘(...)means adopting the view that understanding social phenomena is situated somewhere between what people say and what people do’ (BALSIGER, LAMBELET, 2014, p.165).

Uma vez integrado como membro do coletivo, tive acesso a outros espaços que não poderia adentrar enquanto pesquisador, como o grupo de WhatsApp, local onde ocorre boa parte das deliberações e também onde se localizam algumas redes de articulações que o grupo faz parte.

As atividades que estive presente envolveram moradores da comunidade, entidades sociais e artistas da região, e variaram entre: cine debate, saídas fotográficas, filmagens, colagem de lambes, produção e distribuição do fanzine ‘Articula Tururu’ e da exposição de fotografia ‘Uma Só Vida: do medo ao enfrentamento’, oficina de grafiteagem e atividades culturais.

Pude contribuir com um texto para o blog⁶ do coletivo, assim como alguns pequenos textos para o fanzine ‘Articula Tururu’, além de participar na articulação com outras redes de

⁵ As redes sociais do CFT estão nos seguintes endereços: <http://coletivoforcatururu.blogspot.com>, http://instagram.com/coletivo_tururu, <http://youtube.com/EuSouColetivo>, <http://facebook.com/coletivo.tururu>.

⁶ Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2019/10/programa-em-frente-brasil-o-que-tambem.html>. Acesso em julho de 2020.

ativistas e outros ‘fortalecimentos’ cotidianos. Por último e não menos importante, também estive em reuniões, participei de atividades de mobilização, além de encontros informais e confraternizações que serviram de base para os meus apontamentos neste trabalho.

Organizei a dissertação em 3 capítulos: no primeiro capítulo ‘Vez e voz da comunidade - Coletivo Força Tururu’ apresento o coletivo, seus integrantes, suas campanhas e também falo da minha experiência na comunidade e das principais dinâmicas que observei durante o trabalho de campo. No segundo momento, mostro como a representação da mídia tradicional e suas interações com o sistema penal trabalham para forjar uma identidade criminosa que estigmatiza o local e reproduz os efeitos do que Caldeira (2000) define como ‘fala do crime’.

No segundo capítulo ‘Fortalecimentos e desandes: uma teia de ruas e redes’ apresento as práticas ativistas do coletivo utilizando os dados que coletei durante o trabalho de campo e falo de duas categorias: os fortalecimentos e os desandes, dinâmicas que permeiam as vivências de trabalho do CFT.

Na segunda parte do capítulo 2 apresento as práticas do chamado ‘mediativismo de favela’ que discute como os movimentos sociais têm se apropriado das possibilidades oferecidas pelas tecnologias de comunicação digital. Em seguida, mostro como as plataformas de redes sociais e o modelo de negócios proposto por grandes empresas e conglomerados de tecnologia estão incidindo de forma danosa em sistemas democráticos e na experiência dos usuários. Por fim, apresento as práticas das formações e das atividades culturais, fundamentais no processo de fortalecimento da identidade local e dos laços entre os moradores.

Por último, no capítulo 3, ‘Nós não somos a criminalidade! - Práticas ativistas na construção de direitos humanos’ demonstro a partir de teorias sobre movimentos sociais

como as práticas do CFT são fundamentais para o desenvolvimento de uma ação coletiva em defesa dos moradores, e como tais práticas cidadãs se coadunam com a teoria crítica dos direitos humanos, me apoiando especialmente no trabalho de Paulo Freire, Herrera Flores, David Sánchez Rubio e Hélio Gallardo.

Todas essas informações me ajudaram a construir o trabalho, e com ele pretendo trazer questionamentos nas discussões sobre os movimentos sociais, democracia e promoção dos direitos humanos no Brasil.

CAPÍTULO 1

1. ‘Vez e voz da comunidade’ - Coletivo Força Tururu

O Coletivo Força Tururu foi criado em dezembro de 2008. A iniciativa surgiu a partir de uma mobilização para viabilizar uma viagem de jovens para o 4º Congresso Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que foi realizado em Bom Jesus da Lapa/BA em janeiro de 2009. No intuito de participar do encontro, um grupo de jovens moradores da comunidade do Tururu iniciaram uma campanha de arrecadação nos semáforos de trânsito do Recife, além de produzir e vender artesanatos com o intuito de custear sua ida ao congresso.

Com o objetivo conquistado, os jovens retornaram para a comunidade inspirados pelas articulações e atividades políticas realizadas durante a viagem, e resolveram iniciar os trabalhos enquanto um coletivo de comunicação, inspirados no jornal que alguns deles produziam na igreja da comunidade. O pontapé inicial foi com o fanzine ‘Articula Tururu’. De acordo com o coletivo:

Nos sentíamos mais que um grupo, éramos um coletivo e como coletivo não poderia existir presidente, coordenador ou algo do gênero, cada um cuidava um pouquinho do coletivo para termos força e força para a nossa comunidade e assim surge em janeiro de 2009, agora definitivamente, o Coletivo Força Tururu. (COLETIVO FORÇA TURURU, 2017a)

As produções iniciais do CFT tinham como objetivo difundir conteúdos de denúncia e conscientização, no intuito de construir suas próprias narrativas e expor o descaso com que eram tratados pelo poder público.

A organização em torno da alcunha de ‘coletivo’ é significativa, pois remete a ideia de horizontalidade e também se desvincula de outros tipos de instituições formais e burocratizadas, como ONGs ou projetos sociais que muitas vezes estão ligados a atores políticos ou grupos privados de interesse financeiro. De acordo com Patrícia Souza, a ideia de coletivo como organização permite “uma certa ‘informalidade’ e uma adesão que se dá a partir de relações pessoais, sobretudo de ‘amizade’” (SOUZA, 2017, p.60).

A primeira produção audiovisual do CFT foi o documentário “Tururu: justiça, paz e vida”, ainda no ano de 2009, que tomou forma a partir de uma nova mobilização dos integrantes que utilizaram a estratégia de arrecadação em semáforos e venda de artesanatos, e resultou no financiamento da filmagem do documentário a partir de um roteiro criado pelos

integrantes do CFT e produzido por um coletivo de audiovisual que foi pago com o dinheiro arrecadado.

A descrição do vídeo na plataforma YouTube informa que: “Cansados de sermos explorados na mídia policlesca sensacionalista, resolvemos elaborar um documentário sobre a comunidade mostrando os ‘pontos de vida’”⁷. O foco do documentário é fazer um resgate da história do local por meio das memórias dos moradores mais antigos, além de relatos de pessoas que trabalham em projetos sociais e educacionais que atuam no Tururu, estes apresentados como ‘pontos de vida’.

É importante perceber que desde a primeira produção do grupo são desenvolvidas narrativas contra-hegemônicas⁸ em oposição a imagem veiculada reiteradamente na imprensa sobre a comunidade, em que são mobilizados discursos que estigmatizam o local e seus moradores (MAIA, 2017). O enfoque na produção de cultura, na educação e nas memórias afetivas são características que fazem parte do repertório da maioria dos trabalhos realizados pelo CFT.

O reforço de tais pautas é relacionado ao que Souza (2017) observa como ‘constante esforço de ‘limpeza moral’ para se diferenciarem dos “bandidos”’ (SOUZA, 2017, p. 50), e também na medida em que ‘a cultura nesse caso não é algo a ser levado às pessoas que vivem nas favelas, é algo que elas têm e que é mobilizado [...] para comprovar publicamente a não vinculação entre favela e violência’ (SOUZA, 2017, p.51). Isso porque, como o grupo relata na descrição do seu primeiro vídeo, a comunidade é alvo constante de um processo de estigmatização por parte da mídia hegemônica.

Pouco antes da produção do primeiro documentário o coletivo criou o fanzine “Articula Tururu”, cuja ideia central é proporcionar um espaço que dê “vez e voz” aos moradores e para que ‘as pessoas se vissem de uma forma significativa que mostrasse a vida delas e de como isso servira (sic) também de exemplo para mais gente’ (COLETIVO FORÇA TURURU, 2017b). No ano de 2012 o CFT recebeu um prêmio da extinta Secretaria

⁷ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sYqu14UU4z4>. Acesso em julho de 2020.

⁸ Entendo por narrativas contra-hegemônicas uma produção que combate os discursos dominantes que são disseminados dentro da lógica das relações de poder, principalmente a partir das mídias de massa, como explica o linguista Junot Maia: “(...)eles motivam escritas e outras práticas culturais capazes de criar rupturas em regimes hegemônicos de letramento que criminalizam e violentam os cidadãos da favela e estabilizam o asfalto como modelo válido e valorizado de moradia no espaço urbano. Intervindo, pois, nessas estruturas dominantes e impondo desarticulações e reconfigurações em sua dinâmica, acabam implicando a enunciação de outras narrativas, relatos contra-hegemônicos que, no caso da cidade carioca, questionam a primazia de lógicas exploradoras e excludentes que persistem desde os tempos coloniais” (MAIA, 2017, p.106)

Especial dos Direitos Humanos (SEDH) no valor de R\$6 mil pelo documentário “Tururu: justiça, paz e vida” e firmou uma parceria com a Cáritas Alemã, que passou a apoiar o grupo de forma institucional e com formações.



Figura 1. Edição de julho de 2019 do fanzine Articula Tururu. Créditos: Coletivo Força Tururu

Esses foram os primeiros financiamentos conquistados pelo grupo, que dedicou boa parte da quantia para a compra de equipamentos eletrônicos, como câmeras fotográficas, refletores e computador (COLETIVO FORÇA TURURU, 2017b). De posse de suas novas ferramentas, o coletivo passou a dedicar-se à produção de conteúdo audiovisual e na formação de comunicadores populares dentro da comunidade, o que foi potencializado com a criação de páginas de redes sociais e com o blog.

Munidos de novas possibilidades e campos de atuação, o CFT passou a ocupar novos espaços dentro do ‘circuito’ de militância da RMR, como formações promovidas por ONGs, debates, espaços acadêmicos e até lugar na mídia hegemônica⁹. A visibilidade alcançada a partir da divulgação do trabalho dentro das redes sociais também atraiu pesquisadores e parceiros institucionais, o que gerou um aprimoramento na confecção de projetos e editais,

⁹ Exemplos disponíveis em:

https://www.youtube.com/watch?v=nVr2ulzIQPk&t=&ab_channel=P%C3%A9naRuaAteli%C3%AA,
https://www.youtube.com/watch?v=Anyuycjua0&t=&ab_channel=PorAqui e
<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/10/25/conheca-o-trabalho-de-comunicacao-e-combate-a-violencia-do-tururu-258144.php>. Acesso em: setembro de 2020.

ampliando as possibilidades de aquisição de novos recursos, como também de um incremento nas estratégias de ação.

No ano de 2014 dois integrantes do coletivo, Neto e Cidicleiton, foram convidados para viajar durante 15 dias por algumas cidades da Alemanha participando de atividades da campanha “Copa Favela 2014”, promovida pela Cáritas Alemã e que abordou os impactos da Copa do Mundo de 2014 nas periferias do Brasil.

Com a ampliação de experiências e de repertórios de ação, o coletivo cresceu e passou a ser uma voz atuante em diversas esferas de participação da RMR, e também alvo de diversas tentativas de cooptação por parte de políticos locais. Novas pautas foram inseridas a partir da diversidade de discussões que o coletivo passou a protagonizar, questão que irei abordar na próxima subseção com as campanhas que são desenvolvidas pelo CFT

1.1 Campanhas

Nos últimos anos o Coletivo Força Tururu vem pautando diversas temáticas dentro da comunidade, seja de demandas que estão no cerne da política do país como as denúncias em relação à situação das periferias no contexto da Copa do Mundo de 2014, ou questões que se referem ao cotidiano do próprio local, como a violência policial, a precariedade dos serviços públicos e pautas de conscientização relacionadas a questões de raça e gênero, por exemplo.

Nos seus 11 anos de atividade, o CFT criou algumas campanhas que conduzem as atividades durante um determinado período, em geral de um ano, onde cada pauta específica é trabalhada por meio de várias estratégias de ação diferentes. A primeira campanha do CFT foi lançada no final de 2015 e batizada de ‘Eu não quero ser o próximo’.

A campanha foi organizada a partir de um conjunto de denúncias e peças de conscientização em torno da questão do extermínio da juventude negra, retratada pelo alto número de jovens da comunidade que perderam a vida por causa da criminalidade violenta e do tráfico de drogas. Em 2017, por exemplo, o município de Paulista teve o 4º maior índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) de Pernambuco, com um total de 223 homicídios, e uma taxa de 67,5 homicídios para cada 100 mil habitantes, o dobro da média nacional (PERNAMBUCO, 2018).

Segundo o coletivo, a campanha foi pautada a partir de ‘ações pontuais e sistemáticas com a finalidade de ativar pessoas para que elas se articulem em rede a fim de construir

possibilidades de reduzir a violência.’ (COLETIVO FORÇA TURURU, 2017). Entre os produtos da campanha, foram feitas produções de vídeos, como o vídeo denúncia ‘Eu não quero ser o próximo’¹⁰ e o documentário ‘Ele era meu filho’¹¹, como também uma ação de colagem de lambes¹² informativos nas ruas da comunidade, formação de comunicadores populares, exposição de fotografia e a ação ‘Uma planta para cada vida’¹³, que consistiu no plantio de mudas de árvores em homenagem aos jovens assassinados no local.

As ações da campanha ‘Eu não quero ser o próximo’ foram financiadas por meio de um edital promovido pela ONG Fase, que contemplou projetos de grupos periféricos em algumas regiões do país. Com as pautas propositivas e sua consolidação como protagonista no debate público local, o CFT passou a ser reconhecido como porta-voz da comunidade e mediador em algumas demandas institucionais, como na organização de abaixo-assinados, representações perante ao Ministério Público municipal e estadual, ou mesmo denúncias sobre violações por parte dos órgãos de Estado.

A participação em espaços de discussão entre movimentos sociais mais amplos fez com que novas práticas e referências fossem incorporadas ao repertório de ação do grupo. Como consequência, o grupo passou a ser reconhecido por organizações sociais e fundos de cooperação, facilitando o acesso a incentivos para as ações do coletivo, seja com financiamentos, treinamentos ou articulações.

É nesse contexto que o CFT desenvolve sua segunda campanha, no final de 2018, que foi batizada de “Uma só vida” e teve como foco inicial o ‘direito das crianças’, pois segundo o coletivo:

A ideia surgiu a partir de um comentário que uma criança fez a um de nossos integrantes do Coletivo Força Tururu, dizendo que ela já reconhecia o som que um tiro faz. “Pei!!!!” Mostrava-nos ela o som. O rosto que a criança fazia era de puro medo, alertando que já deve ter sido exposta a cenas como essa no bairro onde mora, de ter que esconder-se ou ficar preocupada quando um tiroteio ocorre porque tem alguém da sua família que ela ama, irmão, mãe, que está na rua e suscetível a tomar um tiro. (COLETIVO FORÇA TURURU, 2018)

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8gPi9sStopY>. Acesso em julho de 2020.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KsbzZIQAVbE>. Acesso em julho de 2020.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=um-SSyi8bYQ>. Acesso em julho de 2020.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fc06O2JCm7w>. Acesso em julho de 2020.

A campanha foi composta por diversas atividades, que teve início com uma pesquisa sobre violência entre mais de 100 moradores da comunidade. A partir dos dados gerados, o grupo constatou a alta incidência em casos de violência doméstica e violência contra mulheres.



Figura 2. Integrantes do CFT realizando a pesquisa sobre violência da campanha ‘Uma só vida’. Créditos: Coletivo Força Tururu.

Por conta disso, a campanha mudou de temática e passou a pautar a violência contra as mulheres, o que resultou na produção de uma exposição de fotografia, vídeos de conscientização, formações e um cine debate. O CFT também conseguiu um auxílio financeiro junto a ONG Fase e a ONG alemã Um Verteilen, que disponibilizaram um orçamento para realização das atividades como também a aquisição de materiais, como uma impressora, resultando em maior autonomia na produção de cartilhas e do fanzine ‘Articula Tururu’.

Atualmente o CFT está trabalhando na campanha ‘Marias Empoderadas’, que recebe apoio da ONG Visão Mundial, e tem foco no direito e empoderamento das mulheres da comunidade através de formações e ações educativas, além de uma pesquisa. A partir da

articulação para a campanha novos membros foram incorporados ao grupo. Em geral, o ingresso de novos membros se dá por meio das atividades de formação e no prosseguimento da participação nas atividades de produção do coletivo. Irei apresentar os componentes do grupo na próxima seção.

1.2 Integrantes

O Coletivo Força Tururu foi criado por jovens da comunidade que se engajaram para participar do encontro promovido pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), em Bom Jesus da Lapa/BA, no ano de 2009. Da formação inicial, composta por 12 jovens, apenas André, Cidicleiton e Neto permanecem até hoje. Por conta da experiência e da relação que tem com o local desde a infância, são reconhecidos dentro e fora do coletivo por sua legitimidade em falar sobre e pela comunidade.

Esse fato produz uma espécie de liderança aos três na condução das atividades e nos momentos de planejamento. Entretanto, apenas Cidi ainda mora na comunidade do Tururu, na mesma casa que seus pais construíram ainda na década de 1980. Por conta disso, a casa de Cidi é chamada de ‘sede CFT’, e é lá onde geralmente os integrantes costumam se reunir antes das atividades, também é onde ficam guardados os equipamentos eletrônicos e onde ocorre boa parte das confraternizações.

Os outros dois membros fundadores do coletivo, Neto e André, saíram da comunidade mas ainda mantém vínculos no local. Os dois filhos de André ainda residem no Tururu, enquanto Neto é funcionário da Casa Herbert de Souza há mais de uma década. Todos os três membros fundadores do CFT fizeram parte de algum projeto social na comunidade durante a infância, seja na Casa Herbert de Souza ou no Coletivo Mulher Vida. Dos dois projetos, apenas a Casa Herbert de Souza segue em funcionamento, enquanto o Coletivo Mulher Vida ainda tem um espaço onde ocorrem alguns encontros e reuniões, porém não está desenvolvendo nenhum projeto com os jovens da comunidade atualmente.

Foi no Mulher Vida que Cidicleiton e Neto fizeram suas primeiras formações e atividades complementares, como dança popular, *break*, reforço escolar e também o curso de formação de educação social, profissão que desempenham até hoje. André também exerce a atividade de educador, porém fez a formação superior em pedagogia.

As trajetórias de vida dentro de espaços como projetos sociais é um fator de extrema importância na atuação enquanto militante. Foi isso o que Souza (2017) observou durante sua investigação sobre o “engajamento militante”¹⁴ no Complexo do Alemão/RJ. De acordo com a antropóloga “(...)o engajamento não é tomado como um fato isolado ou um aspecto pontual da trajetória, mas como algo em potencial mutação e na relação com diferentes aspectos da vida do indivíduo” (SOUZA, 2017, p.20).

Os repertórios acumulados nos anos de participação em projetos e atividades de militância fez com que os três membros seguissem nesse rumo dentro de suas experiências profissionais e acadêmicas. São eles que em geral conduzem as falas de abertura e os momentos que são chamados de ‘mística’, uma espécie de comunhão em atividades de movimentos sociais que serve para aproximar os participantes e ressaltar a identidade coletiva do grupo.

O CFT passou a recrutar jovens na comunidade a partir dos cursos de formação em comunicação popular, que possibilitou aos mais novos fazer parte de espaços e experiências que não tinham acesso nos projetos sociais, como caminhadas fotográficas, produção de vídeos e atividades ligadas ao ativismo, como reuniões e articulações com outras redes. A grande maioria dos jovens que integraram o coletivo a partir das oficinas acabaram deixando de acompanhar as atividades por motivos variados, entre eles: emprego, mudança ou mesmo o desinteresse nas tarefas.

A divulgação do trabalho nas redes sociais é bastante significativa¹⁵ e o coletivo passou a atrair a atenção de pessoas de fora da comunidade para suas demandas. Moradores engajados do bairro, assim como pesquisadores e militantes de outros movimentos se aproximaram do coletivo e passaram a ser aceitos a depender de alguns critérios como assiduidade e comprometimento nas atividades. O alcance do trabalho também possibilitou estabelecer parcerias com redes amplas de mobilização, que é o caso da Rede de Coletivos Populares de Paulista (COPPA), Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco e a Rede Juvenil de Comunidades Periféricas.

¹⁴ Para Souza o ‘engajamento militante’ é a “forma de participação duradoura em uma ação coletiva relacionada à defesa ou promoção de determinada causa” (2017, p.20).

¹⁵ O CFT tem mais de 7 mil seguidores em suas redes de Facebook e Instagram. O canal do YouTube tem mais de 53 mil acessos. Acesso em: agosto de 2020.



Figura 3. Debate sobre segurança pública durante o curso de formação de comunicadores populares, realizado na Associação de Moradores do Tururu, Agosto de 2016. Na foto: Coletivo Força Tururu e Coletivo Butuka. Créditos: Coletivo Força Tururu

Atualmente o CFT é composto por: André, Cidicleiton, Neto, Edilena, Alyson, Ana Alice, Maurilo, Anne e eu. Destes, apenas Cidi, Alyson e Ana Alice moram no Tururu. Edilena é professora de uma creche no Tururu e mora no bairro do Janga, se aproximou do grupo pela vontade de se mobilizar coletivamente. Anne já participa de atividades com o coletivo há muitos anos, e foi aí que iniciou seu relacionamento com André, porém só passou a fazer parte ‘oficialmente’ em 2020, junto com Alyson e Ana Alice, que são irmãos e entraram no coletivo depois de participarem de atividades de formação. Maurilo é advogado popular e professor universitário, fez parte do Coletivo Butuka junto comigo e ingressou no CFT para se mobilizar e também pelo interesse acadêmico.

Na próxima seção abordarei um pouco mais do espaço físico de nossas interações, a comunidade do Tururu, com base no que observei durante meus percursos.

1.3 Percursos no Tururu - a comunidade

Foi em agosto de 2016 que tive a primeira oportunidade de conhecer a comunidade do Tururu, bairro do Janga, cidade de Paulista/PE. A cidade é uma das mais populosas da RMR, com uma população de mais de 300 mil pessoas segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2012). O nome do local está relacionado ao antigo bandeirante paulista Manoel Alves de Almeida Navarro, que adquiriu as terras onde a cidade se localiza em meados do século XVII (REDE COPPA, 2020).

Até o início do século XX a cidade de Paulista ainda fazia parte do município de Olinda, do qual se separou apenas em 1935. Atualmente a cidade conta com 22 bairros, e está distante 15 km do centro do Recife (REDE COPPA, 2020). Segundo o IBGE, 40.4% dos domicílios de Paulista tem renda média de meio salário mínimo por pessoa, ‘o que o coloca na posição 176 dentre 185 cidades do Estado’¹⁶.

Até meados da década de 1970, a área onde hoje se encontra a comunidade do Tururu era uma extensa propriedade dedicada ao plantio de coco. No início da década de 1980, algumas pessoas começaram a ocupar o local e em troca passaram a arrendar pequenas partes do terreno junto ao seu administrador, vivendo da extração de coco e da pesca de mariscos.

A posse do terreno pertencia à Arquidiocese de Olinda e Recife, que a partir de uma articulação de Dom Hélder Câmara¹⁷ cadastrou as famílias que estavam instaladas na área e dividiu os lotes entre elas. Ali tinha início o Loteamento Jardim Justiça e Paz, que com o tempo ficou mais conhecido como Comunidade do Tururu.

Em uma das visitas ao campo, Cidicleiton me relatou que o nome Tururu tem origem no rio que cortava a comunidade na época do loteamento, onde, segundo ele, havia uma pequena queda d'água em que os moradores mais antigos se referiam como ‘tororó’, pois era o barulho que escutavam da água e o som acabou se tornando o ponto de referência do lugar. Com o tempo (e segundo Cidi por culpa da brasilidade) se popularizou o nome Tururu¹⁸.

¹⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/paulista/panorama>. Acesso em julho de 2020.

¹⁷ Dom Hélder Câmara ocupou diversos cargos na Arquidiocese de Olinda e Recife, chegando a Arcebispo. Teve um papel muito importante à frente da instituição, com um longo histórico de participação em projetos sociais e pela luta contra a ditadura civil-militar. Foi um dos grandes nomes da chamada Teologia da Libertação, vertente progressista da Igreja Católica que inspirou diversos movimentos de ativismo social.

¹⁸ Cidi também me disse que um dos moradores mais antigos da comunidade atribui o nome a uma espécie de pássaro chamada “Tuiuiu”, que era abundante na região.

A comunidade do Tururu está inserida no bairro do Janga, que é composto em grande parte por uma população de classe média/alta, especialmente no entorno da área de faixa litorânea, que nos últimos anos têm sido alvo de um processo agressivo de especulação imobiliária. Esse fator atraiu para o bairro um conjunto de empreendimentos diversos, como condomínios de luxo, shopping, restaurantes, além de um aumento na oferta de serviços por parte do Estado.

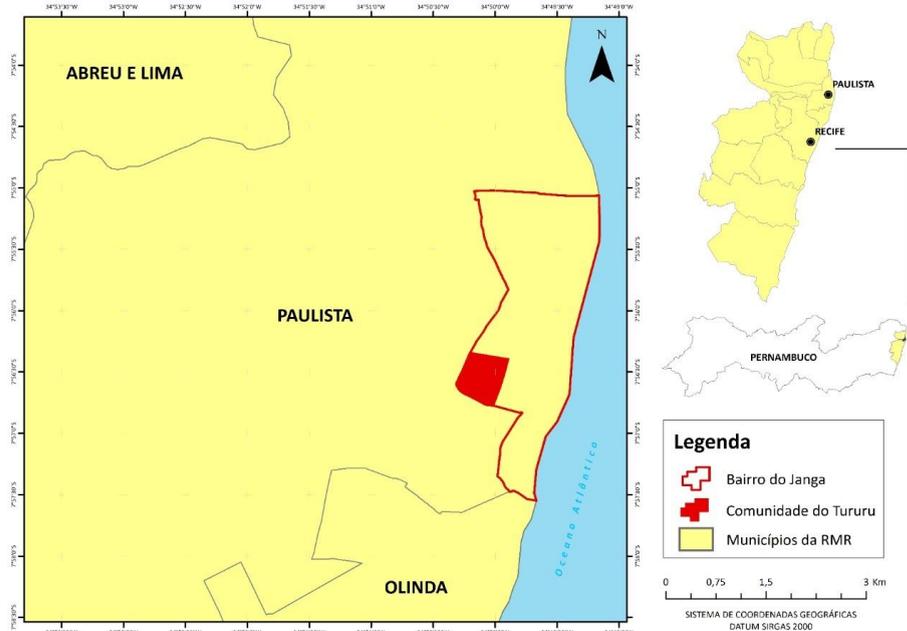


Figura 4. Mapa do bairro do Janga, com a comunidade do Tururu destacada em vermelho. Créditos: Ana Clara Magalhães.

Entretanto, segundo o ‘Atlas das áreas de maior vulnerabilidade no contexto da pandemia no município de Paulista’ elaborado pela Rede COPPA, o bairro do Janga possui os melhores índices sociais do município, como por exemplo as menores taxas de vulnerabilidade social e de áreas precarizadas. Porém, a área que abrange a comunidade do Tururu tem índices comparados aos das áreas mais precárias do município (REDE COPPA, 2020).

Apesar de estar próxima ao comércio do bairro e também da praia, a comunidade do Tururu é pouco conhecida por pessoas de outras localidades e até mesmo da região, principalmente por conta da sua localização, que até uma década atrás não tinha nem ruas asfaltadas. Entre as várias linhas de ônibus que cruzam o bairro do Janga percorrendo as

idades de Recife e Olinda, apenas uma linha acessa a comunidade em seu percurso, com intervalo médio de 2 horas¹⁹ entre cada ônibus.

Fiz meus deslocamentos para o campo majoritariamente de transporte público e algumas vezes fui de carona com Maurilo. Em geral, o percurso da minha casa para a comunidade do Tururu dura 1 hora e meia de ônibus, tendo em vista a necessidade de pegar dois ônibus na ida e dois na volta, e em média de 40 minutos de carro. A distância não era o grande empecilho, visto que da minha residência para o campo são aproximadamente 18 km (saindo do Recife, passando por Olinda e chegando em Paulista), a maior dificuldade é por conta das condições viárias e do transporte público na RMR que estão longe de um modelo ideal.

Percorrendo as ruas de paralelepípedo e de barro, encontrei no Tururu uma realidade que já presenciei em outras periferias da Região Metropolitana do Recife. Na época em que conheci a comunidade eu trabalhava como agente de pesquisas e mapeamento no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e visitava com certa frequência bairros periféricos da região.

Aquele cenário era comum nos meus percursos: um pequeno bairro com prevalência de casas de alvenaria, algumas construções improvisadas, algumas ruas com esgoto a céu aberto, uma rua principal onde se concentra o comércio, entre eles os mercadinhos e mercearias, salões de beleza, barracas de lanche e congregações evangélicas. Uma população composta majoritariamente por pessoas negras, de baixa renda, onde muitos estão morando ali há décadas.

O primeiro ponto para chegar na comunidade é descendo na via principal que corta a cidade de Olinda e a conecta com a cidade Paulista, a avenida Governador Carlos de Lima Cavalcante (em amarelo na Figura 5). De lá, o acesso se dá pela rua Glauber Rocha, que ao entrar no Tururu recebe o nome rua Nossa Senhora de Aparecida, rua principal da comunidade onde se localizam o campo de futebol e a maior concentração de comércio.

¹⁹ O coletivo elaborou um vídeo denúncia sobre o descaso com a linha de ônibus 'Conjunto Praia do Janga (via Tururu)', que faz o percurso do bairro até o centro do Recife. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GKbklTg8css>. Acesso em julho de 2020.

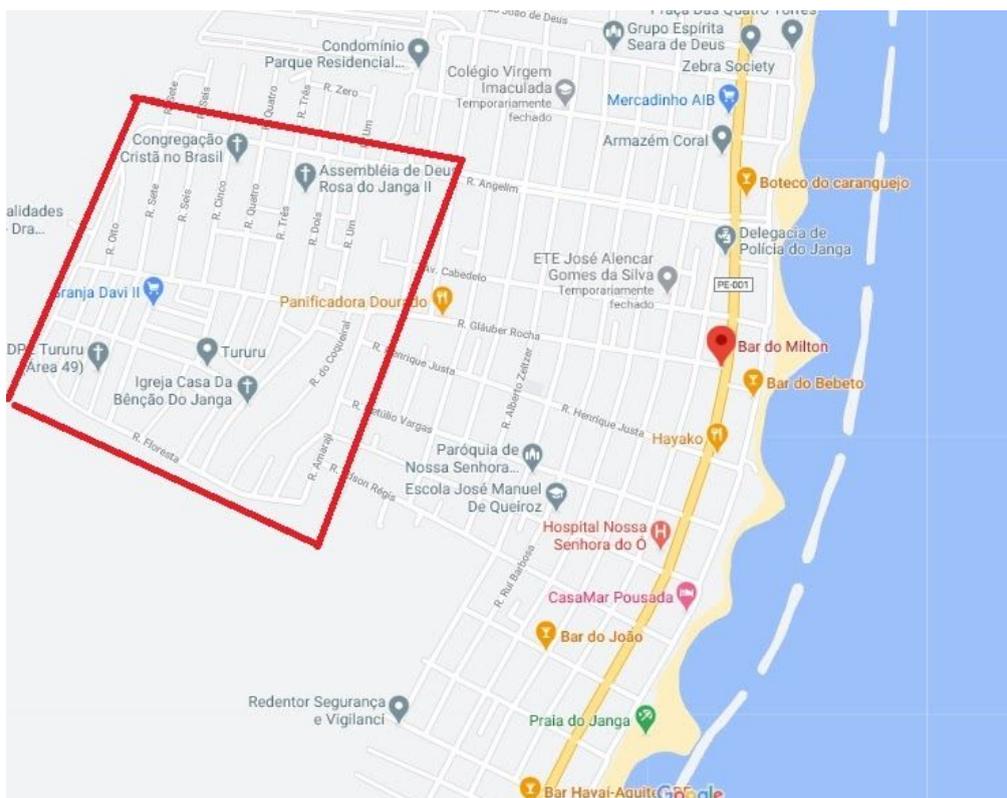


Figura 5. Localização da comunidade (em vermelho). Créditos: Google Maps.

A comunidade conta com alguns serviços essenciais, que consiste em uma Unidade Básica de Saúde²⁰ (UBS) e uma Escola Estadual de ensino básico²¹. Também existe uma creche e uma escola de ensino básico particulares. Os únicos equipamentos de lazer são o campo de futebol e uma quadra de esportes (que pertence a creche, mas é aberta para o público em alguns dias da semana). Nos finais de semana essa área é muito movimentada, pois sempre acontecem partidas de futebol no campo e na quadra, e junto ao campo fica o Bar do Lula, que costuma ter atrações musicais com uma boa presença de público.

Em geral, as principais atividades que acompanhei na comunidade -excluindo as promovidas pelo CFT- se concentraram em torno do campo, dos bares e das igrejas

²⁰ A UBS se chama Francisco Marcelo Dias e é um dos principais alvos de reivindicação por parte do CFT. Em 2018 acompanhei uma campanha do coletivo que produziu um abaixo-assinado por melhores condições na unidade, já em 2019 o CFT junto com a Casa Herbert de Souza e o projeto Minha Comunidade Melhor protocolaram uma denúncia no Ministério Público do município e acionaram o Conselho Municipal de Saúde e a Câmara dos Vereadores. As reclamações recorrentes envolvem a falta de medicamentos, profissionais e a dificuldade para o encaminhamento de exames. Mais informações disponíveis em:

<https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2019/06/resposta-da-prefeitura-do-paulista-aos.html>

²¹ A escola Estadual São José atende os alunos até o 9º ano do ensino fundamental, muitos alunos também são atendidos na escola Municipal Ministro Etelvino Lins que fica há poucos metros da comunidade.

evangélicas. Também existe uma associação de moradores, cujo espaço já foi utilizado para algumas atividades do Coletivo Tururu, mas que nas vezes que estive em campo sempre esteve fechada ou sem atividades.



Figura 6. Foto aérea do campo e da quadra do Tururu. Créditos: Tiago Silva.

A noção de periferia está atrelada ao “resultado do crescimento do espaço metropolitano, gerado pela ação localizada de um amplo leque de agentes privados e pela ação deficitária do Estado” (GUIMARÃES, 2015, p.228). Na esteira do processo de urbanização descontrolado dos grandes centros urbanos, além do crescimento vertiginoso da população vivendo nestes locais, uma parte dessa população marginalizada foi forçada a se deslocar para espaços mais distantes devido ao aumento do custo de vida, como também para buscar oportunidades onde pudessem desenvolver alguma atividade econômica com condições de moradia.

No caso do Tururu, observei que muitos moradores precisam se deslocar para Recife ou Olinda para ter acesso a alguns serviços públicos e de lazer, o que significa entre outras coisas um problema de mobilidade. Segundo Rolnik (1998) essa são algumas das características do chamado ‘urbanismo de risco’, que tem entre seus efeitos “uma necessidade absurda de viagens que atravessam a cidade, para conectar cotidianamente espaços de não-cidade às centralidades concentradoras de emprego, oportunidades econômicas, culturais, etc.” (ROLNIK, 1998, p.100).

A comunidade faz fronteira com uma área de preservação de mata atlântica que nos últimos tempos vem sendo ocupada irregularmente, gerando transtornos pela falta de estrutura básica de saneamento e de queimadas para ‘limpeza’ do terreno, atraindo muitos insetos e sendo foco de doenças durante o período de chuvas. O rio que segundo Cidi deu origem ao nome da comunidade se transformou em um canal e boa parte do seu percurso foi aterrado. Apenas uma parcela da comunidade conta com serviço regular de esgoto, o que torna algumas ruas praticamente intransitáveis durante o inverno.

Os integrantes do coletivo são bastante conhecidos na comunidade, por isso, durante as atividades sempre éramos abordados por várias pessoas. Percebi bastante solidariedade entre os moradores, muitos com algum laço de parentesco ou com longos anos de relação no bairro. Durante o dia a comunidade tem um fluxo considerável de pessoas, especialmente nas vias de acesso. Motos, bicicletas, kombis de transporte alternativo e pessoas circulando a pé compõem a paisagem da comunidade.

O comércio local é predominantemente composto por pequenos negócios, muitos deles dividindo o mesmo espaço da casa dos moradores, como pequenas mercearias ou barracas de lanche que são montadas na porta de algumas casas, especialmente no final da tarde e no horário da noite. Nos finais de semana pude ver muitas pessoas reunidas em alguns bares, ou mesmo nas ruas, se confraternizando ao som do popular brega funk.

A comunidade do Tururu é recorrentemente retratada por programas de televisão ou mesmo no imaginário da região como um lugar violento e com um intenso tráfico de drogas. Durante o período de observação escutei relatos que a violência no local havia diminuído bastante, principalmente por causa da desarticulação das quadrilhas que atuavam no tráfico do local.

Bem verdade que o cenário que eu encontrei no Tururu é bem diferente das condições que muitos dos meus interlocutores estavam inseridos. Boa parte da infraestrutura que tem no local, como o calçamento e esgoto em uma parte da comunidade, foi instalada a partir das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante a década de 2010.

Muitos relatos que ouvi sobre a comunidade em períodos anteriores ao que conheci sempre são carregados de muitos relatos de violência e pobreza. Foi na justificativa desse contexto violento e das carências do local que os primeiros projetos sociais passaram a atuar na comunidade. Na próxima seção vou abordar um deles, a Casa Herbert de Souza, projeto mais antigo em funcionamento na comunidade.

1.4 ‘Pontos de apoio’ - Casa Herbert de Souza

A Casa Herbert de Souza é uma OSCIP²² que atua há 22 anos na comunidade. Segundo o site da instituição, seu principal objetivo é:

Proporcionar o desenvolvimento integral de 80 crianças e adolescentes, com idades entre 07 e 17 anos, que vivem em situação de risco, vulnerabilidade social e atraso escolar, através da execução e monitoramento de atividades complementares nas áreas de Educação e Assistência Social, sob a ótica dos Direitos Humanos, Cidadania, Saúde, Cultura, Identidade, Vínculos Sociais e Familiares buscando uma melhor Qualidade de Vida, residentes, na comunidade do Tururu e Adjacentes, Bairro do Janga, Município do Paulista-Pernambuco.²³

O espaço é gerido por dois freis da congregação franciscana, que são também responsáveis pela manutenção da capela que fica localizada há poucos metros dali. Antes da Casa Herbert existir de fato, seus fundadores realizavam atividades sociais no Tururu, como a distribuição de sopa em alguns dias da semana, tendo em vista que as condições sócio-econômicas da época estavam bastante críticas segundo Carlos Lins²⁴, um dos fundadores da Casa. Inicialmente contaram com um grupo de voluntários para realizar atividades e manter um orçamento mínimo que pudesse arcar com o funcionamento do espaço.

Com o passar do tempo os integrantes da ação conseguiram estruturar um espaço e se adequar a questões burocráticas que permitiu a aquisição de equipamentos para aumentar a oferta de atividades e a contratação de profissionais. Atualmente a Casa Herbert de Souza atende 87 crianças da região, que participam de cursos de informática, capoeira, dança, teatro e uma série de atividades em datas comemorativas, como o dia do Saci²⁵. As crianças atendidas pelos projetos da Casa Herbert também recebem alimentação e cestas básicas. Essa colaboração é fundamental para a subsistência de muitas famílias carentes da comunidade.

Um dos educadores sociais do espaço é Neto, que também é um dos fundadores do CFT e que participou de atividades da Casa Herbert durante sua infância. Essa ligação torna possível a articulação de atividades do CFT nos espaços da Casa Herbert ou da colaboração

²² Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

²³ Disponível em: <http://casaherbertdesouza.org.br/>. Acesso em: julho de 2020.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z5017nZ2cPo>. Acesso em junho de 2020

²⁵ O dia do Saci é comemorado no 31 de outubro, é uma versão brasileira para o popular *Halloween* tradicional dos Estados Unidos.

entre os dois grupos. A existência de iniciativas como as ações realizadas na Casa Herbert são muito importantes no cotidiano da comunidade, tendo em vista que são lugares que fornecem apoio para pais e mães que não tem onde deixar seus filhos durante o horário de trabalho, além de oferta de apoio pedagógico complementando as atividades escolares.

O contexto que motivou a fundação da Casa Herbert no Tururu é descrito pelos seus fundadores da seguinte maneira:

As marcas das discriminações socioeconômicas; das violências abusivas que tomam as ruas e até mesmo muitos lares, provocadas por diversos atores da sociedade; do uso e/ou tráfico de drogas e pela perda brutal de algum ente querido (familiar/ amigo). O nosso público atendido, tem em seu contexto sócio cultural, algumas lacunas deixadas no fazer das Políticas Públicas, que vão das necessidades mais básicas a alta complexidade no cuidar e ou dos atendimentos em geral.²⁶

O início das atividades da Casa Herbert na comunidade do Tururu mobiliza constantemente o discurso da vulnerabilidade e exposição dos jovens à violência e tráfico de drogas. Essa motivação também é bastante acionada pelos meus interlocutores ao justificar o início de seus trabalhos com o Coletivo Força Tururu e seu interesse pela militância e engajamento nas questões sociais. Por isso acredito que é importante situar o debate sobre criminalidade violenta dentro do contexto da realidade local e seus desdobramentos, questão que irei abordar na próxima seção.

1.5 Forjando identidades: criminalidade violenta, mídia e a fala do crime

Durante o trabalho de campo pude notar que o discurso sobre (in)segurança pública é um marcador importante na elaboração de ações desenvolvidas tanto por projetos sociais que atuam na comunidade do Tururu quanto pelo próprio Coletivo Força Tururu. Nesta seção irei discutir o papel da violência, da mídia e da fala do crime nas dinâmicas da comunidade.

Desde a forma como a comunidade é retratada pelos meios de comunicação de massa, além das situações descritas pelos próprios moradores, as narrativas sobre violência mobilizam iniciativas, situam acontecimentos e forjam uma identidade que acarreta prejuízo aos que vivem no local, visto que são associados diretamente ao crime organizado e à criminalidade violenta.

²⁶ Disponível no site da organização: <http://casaherbertdesouza.org.br/>

Entre a década de 1980 e início dos anos 2000 a violência cresceu de maneira assombrosa no Estado de Pernambuco, em especial na RMR. De acordo com Ratton e Daudelin (2018), entre 1990 a 2015 foram assassinadas 96.108 pessoas em Pernambuco, “o que equivale a 8,14% do total de 1.179.798 homicídios ocorridos no Brasil no mesmo período” (RATTON; DAUDELIN, 2018, p.1).

O quadro piora se levarmos em consideração que o Estado concentra menos de 5% da população do país²⁷. Ainda segundo os autores, fatores sociais como pobreza, desigualdade social, impunidade e ‘a permanência introdução de dinâmicas conflitivas e letais dentro dos modernos mercados de drogas etc.’ (RATTON, DAUDELIN, 2018, p.1) são concorrentes na expansão da criminalidade violenta.

Para efeitos de comparação, em 1980 a taxa de criminalidade em Pernambuco era de 18,25 mortos para cada 100 mil habitantes segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019). Vinte anos depois, no ano 2000, essa taxa atingiu o patamar de 56,17 mortos e em 2017 a taxa recorde de 57,2 para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2019). Em Paulista, no ano de 2017, essa taxa foi de 67,5 mortes para cada 100 mil habitantes. Durante o mesmo período a questão da segurança pública assumiu um papel central na agenda das políticas públicas, com atenção especial à criminalidade violenta, como os homicídios.

O crescimento alarmante das estatísticas em relação à violência, principalmente a recorrência dos homicídios entre a população masculina, jovem e negra, foi um dos fatores mais evidentes, especialmente nas periferias (NÓBREGA JR., 2009). A ‘explosão’ da violência serviu de mote para o recrudescimento do poder punitivo representado pelo fortalecimento do aparato policial ostensivo e “para justificar novas tecnologias de exclusão social” (CALDEIRA, 2000, p.9).

O investimento pesado em medidas de segurança, tanto oriundos do poder público quanto da iniciativa privada, pode ser percebido com a implementação de câmeras de vigilância, aumento do número de operações policiais e no aparato de proteção dos novos empreendimentos, com a construção de muros, cercas e contratação de vigilantes particulares.

Um reflexo dessa lógica foi também o fator que me despertou apreensão durante o trabalho de campo, que ocorreu na implementação do programa “Em Frente, Brasil”, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério da Justiça, na época sob o comando do

²⁷ Segundo o IBGE a população estimada de Pernambuco é de 9.557.071 pessoas.

ex-ministro Sérgio Moro, que teve início no dia 28 de Agosto de 2019, dois dias antes da minha primeira ida ao campo²⁸. Segundo o Ministério da Justiça o programa tem como foco:

(...)os crimes violentos, como homicídios, feminicídios, estupros, latrocínios e roubos, por exemplo. Baseados no diagnóstico e nos índices de criminalidade, as cidades serão atendidas por meio da atuação transversal e multidisciplinar de iniciativas nas áreas da educação, saúde, habitação, emprego, cultura, esporte e programas sociais do governo.²⁹

A iniciativa prevê a formação de uma operação conjunta do Executivo Federal com Estados e Municípios, a partir da criação uma força-tarefa para combater a criminalidade violenta em cinco municípios brasileiros na sua primeira etapa: Ananindeua/PA, Cariacica/ES, Goiânia/GO, Paulista/PE e São José dos Pinhais/PR. O planejamento inicial previa a duração de 180 dias, mas já foi prorrogado por duas oportunidades e ainda está em vigência enquanto escrevo este trabalho. Uma imagem que simbolizou o início da operação no município de Paulista foi a de agentes da Força Nacional revistando um cobrador e um motorista de ônibus em pleno horário de trabalho, o que gerou indignação entre sindicatos e sociedade civil³⁰.



Figura 7: Agente da Força Nacional revistando motorista e cobrador de ônibus na cidade de Paulista, 30/08/19. Créditos: Diário de Pernambuco.

²⁸ É importante salientar que meu primeiro encontro enquanto pesquisador se deu na casa de Neto, no Cabo de Santo Agostinho, no dia 30 de Agosto de 2019. Os encontros seguintes aconteceram na comunidade do Tururu.

²⁹ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1567102301.36> Acesso em julho de 2020

³⁰ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/sindicato-dos-rodoviaros-repudi-a-revista-da-forca-nacional-em-paulist.html>. Acesso em julho de 2020.

A presença da Força Nacional foi um fator que inicialmente gerou tensão entre os membros do coletivo, temendo abusos e o aumento da violência na comunidade. Devo admitir que também fiquei com receio de sofrer algum tipo de abordagem abusiva, questão que não aconteceu durante as vezes em que estive no Tururu.

Dentro da comunidade escutei muitos relatos sobre crimes por conta do envolvimento de alguns jovens com o tráfico de drogas ou brigas de bar, especialmente no entorno do campo de futebol e do Bar do Lula, além de histórias de abuso e violência policial. A alta recorrência nos casos com os mais jovens é um dos reflexos do contexto nacional.

Segundo o Atlas da Violência de 2019, os homicídios correspondem a 59,1% da causa *mortis* de jovens entre 15 a 19 anos no país (IPEA, 2019). O relatório ainda aponta que 23% dos jovens brasileiros nesta idade não trabalham nem estudam, fator que facilita seu envolvimento com meios ilegais de obtenção de recursos (IPEA, 2019). Na comunidade eu ouvi que o jovem que não estuda nem trabalha está no ‘vácuo’.

Soma-se a isso a falta de ação da justiça na mediação de conflitos, que incentiva ações de ‘justiça com as próprias mãos’, vingança e formação de grupos de extermínio, como por exemplo uma história que me foi narrada por um morador da comunidade. Na ocasião narrada por ele, uma lista contendo o nome de vários adolescentes ‘envolvidos’³¹, supostos integrantes do tráfico local, foi fixada na porta de um comércio da comunidade.

Dias depois do aparecimento da lista, alguns dos jovens que estavam com seu nome listado foram encontrados mortos em situações semelhantes, enterrados em covas-rasas e apresentando características de execução. Esses relatos pareciam organizar certos acontecimentos dentro de um espaço e tempo específicos.

A antropóloga Teresa Caldeira chama esse discurso de fala do crime, conjunto de narrativas e dinâmicas que segundo ela “promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos que vêm afetando profundamente a sociedade brasileira nas últimas décadas” (CALDEIRA, 2000, p.9-10).

O conjunto de discursos que são mobilizados pela fala do crime atrai marcadores de distinção que promovem estigmas e reproduzem desigualdades, especialmente contra populações que vivem em situações de precariedade. Para a autora:

³¹ Os relatos que citam pessoas envolvidas no tráfico de drogas em geral se referem a elas como ‘envolvidos’.

A ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através da repetição de histórias e, sobretudo, ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e a legitimar a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violentos e ilegais (CALDEIRA, 2000, p.23)

A autora defende que a reprodução desse mecanismo é crucial no ‘desrespeito generalizado por direitos e vidas’ (CALDEIRA, 2000, p.11), e que interfere diretamente no enfraquecimento e deslegitimação do espaço público enquanto promotor da cidadania entre os próprios moradores. O espaço público perde sua relevância na medida em que a lógica beligerante ostensiva do Estado é implementada nas medidas de coesão social, haja visto que a mediação dos direitos e deveres é substituída pelo uso indiscriminado da força pelo aparelho repressivo.

Um exemplo foram alguns relatos que ouvi algumas vezes durante o trabalho de campo, em que moradores citaram duas grandes operações da polícia que ocorreram na comunidade entre os anos de 2008 e 2014. Nas duas ocasiões, sob o pretexto de contenção do tráfico de drogas do local, a polícia montou uma operação de guerra que sitiou o Tururu e contou com um aparato pouco convencional nos padrões do Estado, como o uso de helicóptero e ações ostensivas que se repetiram por vários dias seguidos.

Segundo um morador do local, foi usado um número desproporcional de agentes e os moradores eram submetidos por revistas na saída para o trabalho e na volta para casa, além da imposição de toque de recolher na comunidade. Ouvi de alguns moradores que desde então a comunidade ficou mais tranquila.

Um fator crucial na disseminação da fala do crime é coordenado pela ação da mídia hegemônica, especialmente na construção da própria criminalidade e da figura do criminoso. O que chamo de mídia hegemônica aqui são os meios de comunicação em massa, com destaque para as emissoras de televisão que desde os anos de 1980 investem em programas que exploram a criminalidade violenta e os apelos que o crime carrega em busca de audiência, contribuindo para o fomento de preconceitos e muitas vezes violando os direitos daqueles que protagonizam suas reportagens (BUDÓ, 2011).

Segundo Budó (2011), a mídia integra o sistema de controle social informal, que é composto pelas igrejas, escolas e outras instituições sociais que em conjunto com o sistema

de controle social formal (o sistema penal) operam na definição do que é ou não crime na legislação do sistema de justiça penal.

Por meio da seleção daquilo que é noticiável, a mídia hegemônica incide diretamente na construção da realidade. Para Budó (2011), isso ocorre principalmente pelo “fato de que várias das experiências com as quais as pessoas têm contato se dão através dos meios de comunicação em massa e não diretamente através das interações sociais” (BUDÓ, 2011, p.83).

A autora explica que, por meio dessa lógica, a ênfase que é dada a alguns acontecimentos, como os crimes violentos, são determinantes na percepção das pessoas sobre o que é real, e que no caso esses crimes e seus desdobramentos são destacados na mídia pela ótica dos mecanismos da fala do crime.

Entre os principais recursos que são engendrados nessa construção a autora destaca as chamadas teoria do etiquetamento³² e o agendamento de pautas. Juntos, esses mecanismos são determinantes na produção dos culpados e da figura do criminoso, que em geral são recrutados em um mesmo setor da população, ou seja, entre a parcela negra, pobre e pouco escolarizada da sociedade (BUDÓ, 2011).

Outra consequência é o discurso do senso comum que é acionado a partir das situações de crime, incentivando a tomada de soluções simplistas que enfraquecem os meios legais de justiça e a implementação de políticas públicas (CALDEIRA, 2000). Nas palavras de Budó, “quanto mais incompreensível é a realidade, mais ocorre o apego a clichês e estereótipos que facilitam a ordenação do mundo, mas que enfraquecem a experiência da vida” (BUDÓ, 2011, p.81).

No tocante aos direitos humanos, por exemplo, predomina no senso comum o discurso de proteção a ‘bandidos’ e desprezo pelos direitos das vítimas, fato que seguramente não corresponde à realidade. Segundo Caldeira (2000), isso acontece porque as narrativas sobre crimes ‘contradizem o discurso e as iniciativas democráticas, exatamente os tipos de prática que a sociedade brasileira estava tentando consolidar quando o crime tornou-se a fala da cidade’ (CALDEIRA, 2000, p.40).

Na operação simbiótica entre a mídia hegemônica e os recursos da fala do crime estão os programas que retratam a violência urbana, que na RMR são transmitidos no horário do telejornal da tarde, entre meio dia e 14h. Sua exibição se dá geralmente quando muitas

³² Para mais informações ver Becker (2008).

pessoas estão em horário de almoço, e são transmitidas para uma grande audiência em muitas localidades, em especial nas periferias. Apresentadores como Joslei Cardinot³³ são famosos pelo discurso duro em relação a criminosos e por fazer comentários jocosos e depreciativos, especialmente se o suposto infrator carrega marcadores de raça e gênero, como negros e travestis, por exemplo.

Em geral, é por meio de programas que exploram a criminalidade violenta que muitas áreas de periferia da RMR ocupam espaço e são retratados na mídia. Os moradores de tais localidades têm pouca ou nenhuma oportunidade de fala, espaço que é concedido a agentes do controle social formal, principalmente os policiais envolvidos nas ocorrências, que em geral apenas ressaltam a visão oficial e que interessa aos órgãos de Estado.

Esse tipo de discurso fortalece o vínculo que atrela a pobreza à violência, que junto ao racismo são parte fundamental da operação repressiva do sistema de justiça penal brasileiro. Mais do que isso, os estigmas e o racismo reforçados nas esferas do controle social informal são fonte histórica no endurecimento das leis e da banalização da vida das pessoas que sofrem suas consequências.

De acordo com Ana Luiza Flauzina, a relação do racismo com o sistema de justiça penal se constitui como a ‘fonte de uma política de estado historicamente empreendida para o controle e extermínio das populações negra e indígena na América Latina’ (FLAUZINA, 2006, p.35). Em sua reconstituição da formação do sistema de justiça penal brasileiro, a autora demonstra como os pressupostos racistas estão na base de um conjunto de medidas que são reflexo direto dos séculos da estrutura de controle de corpos negros e indígenas oriundos do empreendimento colonial.

Esse processo sofisticou-se mobilizando outras agências do sistema, como reforça a autora:

Da saúde pública à educação, passando pela distribuição espacial urbana, pela manipulação da pobreza e por todas as vedações impostas como forma de impedir uma reação que transforme a paisagem social do país, dentre tantas outras facetas da atuação institucional, podemos visualizar alguns dos âmbitos em que a produção da morte material e simbólica vai sendo arquitetada enquanto projeto dirigido para a população negra e vai se

³³ Joslei Cardinot, ou apenas Cardinot, é um apresentador de rádio e TV que comanda o programa ‘Bronca 24h’, que por muitos anos se chamou ‘Bronca Pesada’ e tem grande audiência na região. Tem como jargão o ‘durma com uma bronca dessas’ e quando evoca o nome de algum bairro periférico em seu programa a produção geralmente aciona uma vinheta que simula o som de uma metralhadora.

naturalizando enquanto estética que entra pelos olhos no ordinário do cotidiano. (FLAUZINA, 2006, p.110-111)

A gênese dos sistemas de controle a partir do viés racista também é sustentada por Mbembe (2016), que afirma:

Historicamente falando, uma das estratégias dos Estados dominantes sempre passou por expandir e lançar terror, confinando as manifestações mais extremas a um terceiro lugar racialmente estigmatizado - a plantação durante a escravatura, a colônia, o campo, o *compound* durante o *apartheid*, o gueto ou, à semelhança dos Estados Unidos contemporâneos, a prisão. (MBEMBE, 2016, p.59)

Tanto Flauzina como Mbembe enxergam nos sistemas ancorados pelo paradigma neoliberal a continuação de um processo radical de desvalorização da vida, em que a repetição cotidiana de corpos descartáveis mutilados ou encarcerados servem apenas para o entretenimento dos programas de televisão do meio dia e a naturalização de morte do que Mbembe chama de ‘excedente populacional indesejável’ (MBEMBE, 2016, p.71).

É na aliança entre os discursos do crime com a seletividade da mídia, somadas à repressão dos sistemas legais e ilegais que populações historicamente subjugadas se tornam combustível para alimentar a indústria da guerra que sustenta as ditas democracias liberais (MBEMBE, 2016). Nessa indústria, tanto o tráfico de drogas, a polícia, o sistema de justiça e outras instâncias dentro e fora do Estado estão interligadas, num processo no qual ‘a fusão entre repressão e tráficos de todos o gênero [...] dá grande destaque à possibilidade de qualquer pessoa ser morta por outra, não importa quando nem sob que pretexto’ (MBEMBE, 2016, p.61).

É essa forma de economia política que Mbembe deu o nome de ‘necropolítica’, na qual o racismo é o motor do que o autor define como ‘economia sacrificial, cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda’ (MBEMBE, 2016, p.65). Foi no cotidiano da desvalorização constante de suas vidas e na tentativa de desatrelar seu local de moradia e aprendizado aos temores da barbárie que o Coletivo Força Tururu resolveu se engajar para mudar o imaginário sobre o local e promover ações de construção de direitos humanos para seus moradores. Dedicarei o próximo capítulo para apresentar as estratégias de ação e as práticas ativistas do CFT.

CAPÍTULO 2

2. Fortalecimentos e desandes: uma teia de ruas e redes

Neste capítulo discuto as práticas ativistas que envolvem o trabalho do Coletivo Força Tururu, ações que são mobilizadas no espaço da comunidade como também nas diversas mídias digitais do coletivo. Na primeira parte do capítulo apresento essas dinâmicas e também duas categorias que observei em campo: os fortalecimentos e os desandes. Em seguida, relaciono as atividades do coletivo com o conceito de ‘midiativismo de favela’ e as dinâmicas que envolvem seus usos. Depois apresento alguns dos prejuízos gerados pelo modelo de negócios das plataformas onde o midiativismo se desenvolve. Por último, falo das atividades de formação e de valorização da cultura local.

No período do trabalho de campo observei que o ‘pano de fundo’ das ações do CFT tinha como objetivo a produção de conteúdo informativo visando a conscientização e o engajamento dos moradores da comunidade. Tais práticas estão dispersas em um ambiente “variado, híbrido, complexo e múltiplo” (TRERÉ, 2019, p.33) que se estende pelos ambientes *online* e *offline*, neste caso representados pelas mídias digitais e pela comunidade do Tururu. Darei ênfase neste conjunto de ações que vou chamar de ‘práticas ativistas’, tomando por referência a abordagem de Treré (2019), que explica:

Practice-based approaches place materiality, process, and knowledgeability at the centre of social analysis, allowing us to explore materiality as one of the many elements interacting with wider processes of emergence, transformation, and decline of socially embedded practices (TRERÉ, 2019, p.16)

O desenvolvimento dessas práticas teve início com o combate ao estigma que a comunidade e seus moradores sofrem por conta da relação da mídia hegemônica com a fala do crime, já discutida no capítulo anterior. Porém, me pareceu evidente que os integrantes do CFT entendem a influência da comunicação nas dinâmicas do processo de produção sócio cultural e nas estruturas de coerção.

De acordo com Castells (2009) ‘o poder depende do controle da comunicação, assim como o contrapoder depende do rompimento desse controle’ (CASTELLS, 2009, p.21). É nesse sentido que a disputa em torno da produção comunicativa ocupa um lugar estratégico na sociedade, estruturando as relações de poder, o controle social e constituindo um

importante *locus* de hegemonia, especialmente com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação digital.

A relação do CFT com a comunicação surgiu a partir da ideia de desconstruir a imagem negativa veiculada pela imprensa e valorizar a comunidade e seus moradores, porém se tornou a principal forma de ação no intuito de estreitar os vínculos com a população, promover mobilização e construir uma identidade local. Esse trabalho teve início com o lançamento do fanzine ‘Articula Tururu’ e do documentário ‘Tururu: justiça, paz e vida’, que deu vazão ao trabalho do grupo e a subsequente produção ativista, como vídeos denuncia, reportagens, colagem de lambes e os cursos de formação em comunicação popular.

O repertório de ação do coletivo foi ampliado juntamente com a aquisição dos novos equipamentos eletrônicos, que possibilitou o uso de novas linguagens na criação do conteúdo informativo, bem como novos recursos para o desenvolvimento de atividades que resultou no aumento da visibilidade para um público além das fronteiras do bairro, incluindo o acesso a novas possibilidades de parceria e financiamento.

Todas as propostas de ação elaboradas nas reuniões do coletivo surgem de uma temática geral, que pauta a criação do material de comunicação e das formações. Durante minha primeira atividade no campo, em agosto de 2019, foi apresentado o resultado da primeira ação da campanha ‘Uma só vida’: uma pesquisa realizada com mais de 100 moradores da comunidade sobre de que forma a violência afetava suas vidas.

De acordo com o CFT o objetivo da pesquisa era entender ‘as consequências da violência na vida das pessoas, quando são expostas à esta desde crianças. De que maneira repercutem isso? Quais as causas? Como está presente esse problema na sociedade?’ (COLETIVO FORÇA TURURU, 2019).

Definiu-se na ocasião que o coletivo iria dar foco à questão da violência contra a mulher, fator que apareceu com maior recorrência nas respostas da pesquisa. Não somente pelo teor dos questionários, o debate em torno do feminismo e o protagonismo das mulheres foi lembrado como questão importante para o coletivo protagonizar nas discussões junto aos moradores.



Figura 8. Reunião de planejamento do 2º semestre de 2019, casa de Neto, Cabo de Santo Agostinho - PE. De cima para baixo: Aline, Edilena, Cidicleiton, Neto, Maurilo, eu, Darliane, Ayana, Jairo e André, agosto de 2019. Créditos: Coletivo Força Tururu.

Após a definição do enfoque, passamos a discutir as estratégias de ação, que variaram entre a colagem de lambes pelas ruas da comunidade com os dados da pesquisa, como também a produção de uma exposição fotográfica, vídeo denúncia e o impulsionamento de postagens nas redes sociais.

Foi nesse primeiro encontro que comecei a entender o significado dos fortalecimentos e dos desandes, expressões que são mobilizadas constantemente nas atividades e diálogos entre os integrantes. De uma maneira geral, as práticas ativistas do coletivo acarretam algumas responsabilidades e isso invariavelmente gera algumas tensões, que se remetem diretamente às atividades planejadas.

Os fortalecimentos acontecem quando as responsabilidades assumidas pelos membros são efetivadas ou quando acontece alguma forma de apoio a alguma atividade ou a outros atores. A convocação de público para os debates e exposições, compra de lanches para

disponibilização durante os eventos ou a realização de alguma demanda para as redes sociais são exemplos de fortalecimentos que vi durante o campo.

Por outro lado, o desande significa o não cumprimento ou mesmo o descuido que se apresentavam nas dinâmicas coletivas, o que pode ser popularmente conhecido como um ‘vacilo’. A falta em alguma atividade, atraso, perda ou dano a algum material eletrônico entre outras coisas são apontadas como um desande, questão que se reincidente pode gerar algum tipo de conflito maior a depender da gravidade, a recorrência de desandes pode acarretar na exclusão de integrantes.

Um exemplo de fortalecimento aconteceu durante um cine debate que foi realizado na Casa Herbert de Souza, em dezembro de 2019. Na ocasião, estávamos eu, Neto e Cidicleiton em frente a UBS do Tururu transportando os equipamentos até o local da atividade. Nesse momento fomos interpelados por um morador da comunidade, ele solicitava o apoio do coletivo na divulgação de um abaixo-assinado, bem como na gravação de imagens sobre a situação do saneamento em algumas ruas da comunidade que seriam enviadas para os quadros de denúncia de programas de TV locais.

Cidi prontamente se ofereceu para fazer as imagens no outro dia, bem como auxiliar na divulgação do abaixo-assinado que seria para entrega na Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). A partir dos fortalecimentos é possível estreitar vínculos com moradores da comunidade, bem como estabelecer redes com outros atores sociais e instituições.

Acompanhei também como se deu o ingresso do coletivo no Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco, grupo formado por entidades sociais, ONGs, militantes, acadêmicos e coletivos da RMR que trabalham com pautas ligadas à segurança pública. O CFT foi convidado a integrar a rede por conta da militância sobre as dinâmicas da violência na comunidade e seus questionamentos públicos sobre os procedimentos de ação da polícia e contra o extermínio da população negra.

Após o meu ingresso no CFT, em dezembro de 2019, André me perguntou se eu poderia fortalecer representando o coletivo nesta rede, que existe basicamente por meio de um grupo de WhatsApp e que durante o trabalho de campo se limitou a pequenas articulações nesta rede social. No geral reúne pessoas que estão mobilizadas na temática comum, algumas inclusive participando diretamente da formulação de políticas públicas ou de canais institucionais.

Outro aspecto importante para analisar as práticas ativistas do Coletivo Força Tururu é aquilo que no vocabulário do grupo se constitui como desande. Um exemplo foi uma situação ocorrida em novembro de 2019, data marcada para realização de uma oficina de grafiteagem na quadra do Tururu, juntamente com a colagem dos lambes com os dados da pesquisa realizada na campanha ‘Uma só vida’, além da entrega de uma edição do fanzine ‘Articula Tururu’.

Na ocasião o grupo se dividiu nas funções da colagem dos lambes e da entrega do fanzine. Fiquei responsável juntamente com Maurilo e Samir de fazer a distribuição dos 500 exemplares do fanzine pela comunidade. Samir, que é morador do Tururu e ex-membro do coletivo foi o nosso guia. No caminho ele nos explicou que não estava participando do CFT por ser recém-ingresso no Exército, e que seu horário de trabalho prejudica a sua participação no grupo, mesmo nas discussões do WhatsApp. Perguntei para Samir se ele sentia falta de participar das atividades do coletivo, no que ele me respondeu de forma positiva, citando uma oportunidade que teve de realizar uma formação na sede da ONG Fase, lembrando os aprendizados e as pessoas que conheceu na ocasião.

No final da entrega do fanzine nos dirigimos para a casa de Cidi, onde estava o restante do grupo, e prontamente André nos indagou sobre os registros fotográficos que deveríamos ter feito durante a distribuição do fanzine e que esquecemos de realizar. Eu, Maurilo e Samir desandamos, pois o registro da ação estava dentro da estratégia de divulgação nas mídias digitais do coletivo.

Nesse sentido também era comum algumas situações de desande por conta do uso indevido ou mau uso dos equipamentos eletrônicos, principalmente das câmeras fotográficas. Na mesma data em que desandei por não ter registrado a entrega do fanzine, outros participantes tiveram uma pequena discussão por conta de materiais eletrônicos em falta, como cartões de memória, microfone e a lente de uma das câmeras.

Por conta dos frequentes desandes em relação aos equipamentos, o grupo decidiu criar um livro de protocolo, onde cada integrante deveria listar os equipamentos que estavam de posse, a data e assinatura, repetindo o procedimento no momento da entrega. As câmeras tinham um cuidado especial não apenas por conta do alto valor de sua manutenção, mas também pela sua centralidade na produção do coletivo. São as dinâmicas que compõem o que Custódio (2016) definiu de midiativismo de favela, que irei explorar na próxima seção.

2.1 Midiativismo de favela

O processo de produção de conteúdo informativo para engajar e valorizar a identidade local é a principal prática ativista do Coletivo Força Tururu. Essa prática tem sido cada vez mais difundida entre movimentos e atores políticos do chamado ‘Sul Global’ (CUSTÓDIO, 2016; KATEMBERA, 2020; GARCÍA, TRERÉ, 2015; MAIA, 2017), num processo que foi aperfeiçoado graças ao uso generalizado de aparelhos *smartphone*, que com seus recursos multimídia possibilitam a utilização de fotografia, filmagem e de acesso às redes sociais.

Desde então é comum entre os jovens dos grandes centros urbanos a apropriação dessas ferramentas para gerar narrativas contra-hegemônicas e se comunicar com atores sociais dentro e fora de seus bairros. Essas práticas estão relacionadas ao que Leonardo Custódio observou junto a coletivos periféricos do Rio de Janeiro/RJ e definiu como midiativismo de favela, que corresponde a:

(...)individual and collective actions of favela residents in, through and about media. These contesting actions derive from/or lead to the enactment of citizenship among favela residents. By engaging in media activism inside, outside and across favelas, favela residents raise critical awareness among peers, generate public debates, and mobilize actions against or in reaction to material and symbolic consequences of social inequality in their everyday lives. (CUSTÓDIO, 2016, p.83)

Esse conceito é importante pois elenca os objetivos pelos quais grupos como o Coletivo Força Tururu desenvolvem suas práticas por meio de mídias e aparelhos digitais. A apropriação dessas tecnologias pelos movimentos sociais têm constituído um campo fértil tanto nos estudos sobre comunicação (BENNETT, SEGERBERG, 2013; LIEVROUW, 2011; KAVADA, 2015, 2016; SANTOS, 2019; TRERÉ, 2012, 2019) quanto sobre movimentos sociais (GERBAUDO, 2012; GOBBI, 2016; VON BÜLOW, VILAÇA, ABELIN, 2018). Isso porque tais tecnologias disponibilizam uma infraestrutura organizacional onde:

(...)protests and mobilisations are propelled and coordinated, but also constitute the communicative backbone where the expressive forms of communication that characterise the networked generations are manufactured, shared and appropriated (TRERÉ, 2019, p.6)

O midiativismo de favela é um importante mecanismo para movimentos de contestação como o CFT pois atua para gerar consciência acerca dos problemas sociais que os moradores enfrentam, e incide na mudança da percepção sobre o local, visto que ‘it is part of and contributes to the formation of counterpublics that contest the dominant discriminatory

representations and policies against the favela population' (CUSTÓDIO, 2016, p.83). O protagonismo das ações midiativistas que o CFT passou a pautar na comunidade e fora dela pode ser observado por meio de demandas que os moradores solicitam aos integrantes do coletivo.

Um exemplo aconteceu em março de 2020, quando André enviou uma mensagem no grupo do WhatsApp solicitando apoio urgente, pois havia acabado de receber uma ligação através do Facebook Messenger de uma moradora que denunciava que a UBS do Tururu se encontrava fechada no horário em que vários moradores tinham consultas agendadas há várias semanas. A ideia era de que algum integrante se deslocasse até a casa de Cidi para buscar uma câmera e depois filmasse a situação em frente à UBS, para a realização de um vídeo denúncia nas redes sociais, o que acabou não ocorrendo pois nenhum integrante teve disponibilidade na ocasião.

As práticas midiativistas do CFT passaram a ocupar um papel de 'mediação' em determinadas situações onde o diálogo com o poder público é inexistente. Assumir esse protagonismo foi possível não somente com a produção audiovisual, mas também com a criação de espaços onde os moradores podem refletir e debater acerca dos problemas recorrentes do cotidiano.

Um destes espaços é o grupo 'Coletivo Tururu', hospedado na plataforma Facebook e que conta com mais de 500 participantes. Acompanhei algumas discussões que ocorreram no grupo, muitas delas provocadas pelo próprio CFT, com divulgação das produções e denúncias, e por conta de postagens de moradores que se manifestam sobre assuntos de política local e nacional, como também questões relacionadas à cultura e lazer.

A existência desses espaços são fundamentais nas práticas midiativistas de favela pois segundo Custódio (2016) 'it creates and explores discursive environments for contentious voices to circulate and generates conditions to further voice raising, mobilization and collective contention' (CUSTÓDIO, 2016, p.103).

Ao evocar o papel de 'vez e voz' da comunidade o Coletivo Força Tururu vai de encontro ao que Custódio (2016) aponta sobre o papel do midiativismo de favela, pois segundo o autor 'media made by favela residents bring media projects into life in such environment. Different kinds of media activism represent types of struggles that held generate the changes that *favelados* know they need' (CUSTÓDIO, 2016, p.103, grifo original). Um exemplo está em uma passagem do blog do CFT que destaco a seguir:

Mais à frente uma moça com o “bicho pela boca”, já nos seus 9 meses de gestação, reclamava para os mesmos componentes do Coletivo Tururu sobre a situação do posto de saúde. Era para ter mais exames! Exclamava a moça de forma desesperada. E eu quero falar! Completava ela de forma propositiva, dizendo que queria, de alguma forma, que sua voz fosse escoada e via naqueles rapazes e garotas um meio de se fazer isso. É a partir desse movimento que o grupo tem um papel fundamental e o desempenha na comunidade, a comunicação popular e comunitária, que possibilita que, antes pessoas invisíveis, possam dar suas opiniões e serem escutadas aos quatro ventos da sociedade. O CFT nasceu pra isso, se desvirtuar deste caminho, deixa de ser o que é. Não dá! (COLETIVO FORÇA TURURU, 2019a)

As práticas midiativistas são dinâmicas na medida em que as mídias digitais estão constantemente passando por inovações. Novas plataformas e recursos são incorporados às práticas de acordo com a sua apropriação pelos atores sociais (VON BÜLOW et. al., 2018). As mídias digitais que o coletivo utiliza possibilitam não só a produção e o compartilhamento de conteúdo, mas agregam estruturas de organização e espaços de reunião que permitem contato e interação com moradores, parceiros institucionais e redes de mobilização.



Figura 8. Cidicleiton filmando depoimento de moradora da comunidade do Tururu. Créditos: Coletivo Força Tururu

Alguns recursos das plataformas de redes sociais denotam o reforço de subjetividades. Um exemplo ocorreu durante a atividade de grafiteagem na quadra do Tururu, em novembro de 2019. Observei que muitas crianças e adolescentes da comunidade se integraram para pintar e aprender algumas técnicas com o grafiteiro Paulo Queiroz. Na ocasião conversei com três adolescentes que estavam sentados na quadra observando a atividade e perguntei se eles acompanhavam o trabalho do CFT, no que prontamente me responderam que sim. Perguntei então onde acompanhavam com mais frequência, e eles responderam que em geral visualizavam as postagens no Facebook e Instagram, e que sempre ‘curtiavam e compartilhavam’ o conteúdo.

Percebi que o ato de ‘se enxergar’ nas telas é muito valorizado pelo coletivo e também pelos moradores. Uma das primeiras ações que o coletivo elaborou nesse sentido foi batizada de ‘consciência relâmpago’, e ocorreu entre os anos de 2015 e 2018. A atividade foi inspirada nas pregações que os frequentadores das igrejas pentecostais do bairro faziam em espaços públicos, com pequenos aparelhos de som, buscando atrair ‘seguidores’. Com as ferramentas de datashow (notebook, projetor, tela), o coletivo montava uma pequena estrutura em espaços da comunidade (em geral no campo de futebol) e transmitia suas produções, o que reunia diversos moradores, principalmente os mais jovens.



Figura 9. Criança da comunidade retratada em foto da exposição ‘Uma só vida: do medo ao enfrentamento’. Quadra do Tururu, janeiro de 2020. Créditos: Maurilo Sobral.

Não cheguei a acompanhar sessões da consciência relâmpago, porém estive presente no lançamento do documentário ‘Ele era meu filho’, em outubro de 2017, que mobilizou muitos moradores da comunidade na Associação de Moradores do Tururu e teve repercussão em jornais da mídia hegemônica³⁴. Outra forma de ação midiativista que teve bastante repercussão no grupo foi a criação de quadros nas redes sociais onde a história de vida de alguns moradores da comunidade são retratadas com fotos e textos³⁵.

A exposição ‘Uma só Vida: do medo ao enfrentamento’, que acompanhei e participei da produção, foi realizada em janeiro de 2020 e teve um bom número de moradores presentes. Reparei que muitos traziam seus parentes, que estavam ali retratados em diversas telas, onde posaram para *selfies* e muitas postagens nas redes sociais.

Essa valorização através das imagens é importante, principalmente para moradores de uma comunidade que são historicamente vinculados à imagem do crime pela mídia hegemônica. Todavia, o midiativismo de favela não é realizado em um ambiente neutro, mas em plataformas que são monopólios de grandes conglomerados de tecnologia situados em países do Norte global. Irei abordar esse assunto na próxima subseção.

2.1.1 Midiativismo no Capitalismo de Dados

Em busca de difundir sua produção midiativista, principal forma de ação do Coletivo Força Tururu, foi necessária a criação de contas em diversas plataformas de redes sociais, onde o conteúdo produzido pelo CFT é acessado, compartilhado e discutido pelo público em geral. Facebook, Instagram, YouTube e blog possuem em comum ferramentas que possibilitam a difusão do material para diferentes públicos, com recursos e linguagens diversos que variam de acordo com a plataforma.

Além disso, essas redes fazem parte de grandes conglomerados de tecnologia, como Google e Facebook, que nos últimos anos vêm incrementando seus rendimentos a partir de uma política econômica voltada para a captura do comportamento e dos dados produzidos pelos usuários a partir da interação nestas plataformas.

³⁴ Um dos jornais que reportou o lançamento foi o Jornal do Commercio. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/01/13/documentario-da-voz-a-pais-e-maes-que-tiveram-filhos-assassinados-323733.php>. Acesso em: agosto de 2020.

³⁵ Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2017/08/um-dia-de-correria.html>. Acesso em agosto de 2020.

Muitos autores têm se debruçado na análise dos efeitos gerados a partir da prática predatória e pouco transparente do acúmulo e comércio de informações pessoais dentro do ambiente da internet. ‘Capitalismo de vigilância’ (ZUBOFF, 2019) ou ‘Capitalismo de dados’ (MOROZOV, 2018; TRERÉ, 2019) são algumas das nomenclaturas para essas dinâmicas que analisam o comportamento e as preferências dos usuários. Eles atuam em conjunto com sistemas algorítmicos, que oferecem ‘facilidades’ e personalização a partir de sistemas que tem capacidade de ‘aprender’ e modular aquilo que nos é ofertado nas redes sociais.

A partir de um conjunto integrado de dispositivos como os *smartphones*, sensores e *softwares*, as empresas capturam nossas rotinas e nos oferecem serviços com base nos dados e metadados gerados a partir dessa interação. Morozov (2018) afirma que esse modelo de capitalismo ‘dadocêntrico’ busca converter todos os aspectos da nossa vida em ativo rentável, inclusive nosso lazer, relacionamentos, família, férias e até o nosso sono (MOROZOV, 2018).

Ocorre que essa quantidade massiva de dados são armazenados sem o consentimento dos usuários, ou a partir de concessões e termos de uso que não explicitam de que forma essas informações serão utilizadas e quem terá acesso às mesmas. O mercado de dados abastece empresas de publicidade e também agências estatais de vigilância e espionagem (SILVEIRA, 2017; MOROZOV, 2018; ZUBOFF, 2019).

O modelo de negócios das empresas de tecnologia estimula uma corrida pela sofisticação do acesso às fontes de dados, que captam inclusive nossas ‘vozes, personalidades e emoções’ (ZUBOFF, 2019, p.5). Nas palavras de Zuboff (2019):

Surveillance capitalism’s products and services are not the objects of a value exchange. They do not establish constructive producer-consumer reciprocities. Instead, they are the “hooks” that lure users into their extractive operations in which our personal experiences are scraped and packaged as the means to others’ ends. We are not surveillance capitalism’s “customers”. Although the saying tells us “if it’s free, then you are the product”, that is also incorrect. We are the sources of surveillance capitalism’s crucial surplus: the objects of a technologically advanced and increasingly inescapable raw-material-extraction operation. Surveillance capitalism’s actual customers are the enterprises that trade in it’s markets for future behavior. (ZUBOFF, 2019, p.8)

Esse modelo de gestão de negócios e comunicação é extremamente danoso, visto que se estabelece como uma forma de controle social. É o que afirma Silveira (2017) ao confrontar a estrutura das redes sociais com a ideia de ‘modulação’ proposta por Gilles

Deleuze. De acordo com o autor, ‘a modulação do comportamento é o objetivo final da análise de dados pessoais coletados no mercado.’ (SILVEIRA, 2017, p.57).

A partir dessa modulação, são criadas situações sociais e interações não condizentes com a realidade, introjetadas num contexto de uma falsa promessa de liberdade, que trabalha os afetos e a subjetividade a partir de sistemas de recompensa e estímulo como os ‘likes’ e notificações do Facebook e Instagram. A consequência, segundo Silveira (2017), é que ‘os algoritmos de um motor de busca, de uma plataforma ou de um site escolhe o que devemos ver ou a ordem do que devemos visualizar primeiro. Assim, os algoritmos filtram aquilo que deve ser visualizado por nós’ (SILVEIRA, 2017, p.60).

Os algoritmos e plataformas em geral passam uma ideia de neutralidade e de eficiência, oferecendo uma experiência que ‘entende’ as nossas necessidades baseando-se nas preferências de busca e pesquisa. Todavia, na percepção de Silveira (2017) essa modulação contribui para a criação de ‘guetos ideológicos’, que prejudicam o sistema democrático. Na visão do autor, as plataformas produzem:

(...)bolhas ou jaulas digitais porque segue a lógica do mercado de dados. A plataforma modula o comportamento de seus usuários, oferecendo a visualização de produtos e serviços de sua rede de anunciantes. Se alguém quer furar a bolha, deve pagar para que todos os seus amigos e seguidores leiam suas postagens (SILVEIRA, 2017, p.61).

Acredito que é importante trazer essa discussão pois observei no campo alguns de seus efeitos que aparentam ser sutis, mas que influenciam a prática do midiativismo de favela e acabam distorcendo seus principais objetivos. Um exemplo está relacionado às ‘bolhas ou jaulas digitais’ que Silveira (2017) explica. Observei que as propostas de editais e financiamentos elaboradas pelo CFT sempre reservam uma quantia considerável do valor total (cerca de 20% do montante segundo me informou André) para o ‘impulsioneamento’ das postagens. É uma forma de atingir um alcance maior de público que irá visualizar as postagens e furar as ‘bolhas’ que são construídas a partir das dinâmicas algorítmicas.

Na reunião em que participei em agosto de 2019 fui informado que o custo para impulsionar uma postagem era na ocasião R\$100 no Facebook e R\$30 no Instagram. Segundo André me explicou, as postagens impulsionadas do CFT alcançam um público até nove vezes maior do que as postagens comuns.

Outro exemplo que observei foi a relação entre engajamento nas redes sociais e a efetividade das produções midiativistas para o engajamento do público. Em geral, o êxito de

uma produção midiativista do coletivo é mensurado a partir do engajamento que teve nas redes, como o número de *likes* e compartilhamentos dentro das plataformas, o que está relacionado com a ideia de mobilização de afetos (SILVEIRA, 2017; MOROZOV, 2018; ZUBOFF, 2019).

Nesse aspecto, percebi que as produções com mais engajamento foram as impulsionadas e de certa forma também são aquelas que geram uma percepção de ‘mobilização’ ou ‘conscientização’ em termos reais. Essa visibilidade também é um importante fator para tornar o trabalho do coletivo em evidência para possíveis parcerias.

Alguns dos participantes também relataram que o fato de possuírem um número grande de ‘seguidores’ em suas redes estava lhes possibilitando propostas de trabalho e patrocínio de estabelecimentos locais, como foi o caso de Aline e MC Jessinho, ex-integrantes do CFT.

Ficou evidente que a relação do grupo com os interesses das plataformas é um ponto pouco explorado e debatido entre os integrantes. Na verdade, seus efeitos ainda são enxergados apenas no viés da difusão e das possibilidades de parcerias, com pouco enfoque nos perigos que isso acarreta para os próprios ativistas. Na próxima sessão trato de outra prática ativista do CFT, as formações.

2.2 Formações

As formações são uma das práticas ativistas mais frequentes no trabalho do Coletivo Força Tururu. Inicialmente pensadas para promoção de conscientização e engajamento dos jovens da comunidade, utilizando a comunicação popular e as ferramentas do midiativismo de favela. Os cursos em sua maior parte são facilitados por Neto, André e Cid, e as atividades são construídas a partir de metodologias populares e libertadoras, com grande influência do escritor e pedagogo Paulo Freire.

De acordo com o coletivo: ‘(...)como é de praxe nas metodologias usadas pelo Coletivo Força Tururu, sempre há uma relação entre teoria e prática, como o que está sendo discutido pode ser transformada em ação de rua e multiplicada para mais pessoas’ (COLETIVO FORÇA TURURU, 2019b). A frequência dessas formações está ligada a disponibilidade de recursos financeiros e do apoio logístico que o CFT recebe dos parceiros institucionais.

A realização dos encontros ocorrem geralmente na Associação de Moradores do Tururu e na Casa Herbert de Souza. Acompanhei uma atividade de formação em 2016, na minha primeira visita à comunidade. Lembro que na ocasião Cidicleiton conduzia os jovens em uma experiência muito parecida com as ‘místicas’, onde os participantes se organizam em círculos e de mãos dadas, buscando uma ‘sintonia’ para o bom andamento das atividades.

Depois se seguiram pequenas discussões e os jovens foram mobilizados para uma saída ‘sensitiva’ pela comunidade, fotografando moradores, ruas e determinados pontos estratégicos, entrevistando pessoas e produzindo conteúdo que são transformados em vídeos e exposições fotográficas. Por fim, promovemos uma discussão sobre segurança pública e violência policial, que foi muito bem recepcionada entre os participantes.



Figura 10. Segunda turma do curso de formação de comunicadores populares, ano de 2015. Créditos: Coletivo Força Tururu.

Pude perceber que as formações são um espaço importante para a conscientização dos jovens acerca não só dos problemas que a comunidade enfrenta, mas também sobre como produzir alternativas para seu cotidiano. Para Paulo Freire, é a partir da tomada de consciência que extrapolamos a compreensão espontânea - e ingênua - da realidade para alcançarmos uma esfera crítica de relação com a realidade. Nas palavras do autor:

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência

fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1979, p.15)

Na ideia de Freire (1979) é imperativo que os sujeitos tomem consciência histórica de sua condição na sociedade para criar as condições de agir diretamente para sua transformação. O autor considera que esse é um caminho inesgotável e em permanente evolução, já que a criação de novas realidades estará sempre passível a críticas e aperfeiçoamento.

O olhar crítico gerado a partir da conscientização permite vislumbrar novos projetos de sociedade e desmistificar as estruturas de opressão que são constantemente ressignificadas pelas classes dominantes (FREIRE, 1979).

Interagir com a comunidade, conhecer sua história, refletir sobre seus problemas e propor alternativas é um exercício contínuo nas atividades do Coletivo Força Tururu que estão diretamente ligadas com a exigência de formação de conscientização a que Freire (1979) se refere. Além disso, percebi que a maior parte dos jovens da comunidade não tem acesso a este tipo de espaço de discussão e reflexão em suas atividades cotidianas.

Recentemente as atividades de formação passaram a integrar os adultos, com metodologias semelhantes às utilizadas com os mais jovens, porém com um tempo de duração reduzido, em geral em um horário à noite durante a semana. Em dezembro de 2019 acompanhei uma atividade promovida pelo coletivo que foi um cine debate, onde foi exibido o curta-metragem ‘ECO’³⁶ dirigido por Robsonn Dias.

O curta foi filmado na comunidade do Tururu e conta inclusive com a participação de Cidicleiton como protagonista. Além do filme, o coletivo também exibiu 3 de seus vídeos mais recentes, como ‘O rolê de Jesus’³⁷, ‘Desande certo’³⁸ e a entrevista com Cybelly Maia³⁹.

³⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G_SbEo28UPI&ab_channel=RobsonnDias. Acesso em outubro de 2020.

³⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=35NVJ_6QsJI&ab_channel=ColetivoFor%C3%A7aTururu. Acesso em: outubro de 2020.

³⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xXb8OUB9FPA&ab_channel=ColetivoFor%C3%A7aTururu. Acesso em: outubro de 2020.

³⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lm1y9yxTAhc&ab_channel=ColetivoFor%C3%A7aTururu. Acesso em: outubro de 2020.

No dia da atividade discutimos alguns aspectos presentes no curta-metragem, que trabalha com a ideia de memória e da perda de laços com a família. Em seguida André fez algumas falas sobre o trabalho do coletivo e como os vídeos são uma ferramenta importante para conscientizar sobre os problemas que a comunidade enfrenta.

Em espaços como as formações são criadas as condições de ‘descodificar’ a realidade, ou seja, atingir um conhecimento crítico onde as diversas partes que compõem a realidade sejam analisadas em suas partes constitutivas (FREIRE, 1979). Nas palavras de Paulo Freire:

Em todas as fases da descodificação, os homens revelam sua visão do mundo. Conforme a maneira como eles vêem o mundo e como o abordam – de modo, fatalista, estático, ou dinâmico – podem-se encontrar seus temas geradores. Um grupo que não expressa concretamente temas geradores (o que pareceria significar que não possui temas) sugere, ao contrário, um tema trágico: o tema do silêncio. O tema do silêncio sugere uma estrutura de mutismo frente à força esmagadora das situações-limite. (FREIRE, 1979, p.19)

É na busca dos ‘temas geradores’ que se pensa a realidade, e a partir dessa reflexão que se busca a melhor maneira de ressignificá-la, o que Paulo Freire define de ‘práxis’ (FREIRE, 1979). O trabalho do CFT pode ser enquadrado nessa busca de discutir os ‘temas geradores’ que estão interligados entre a população do Tururu, buscando em seu repertório as melhores formas de agir para transformá-los.

O autor vai além e mostra que captar tal realidade não é suficiente se esse exercício não se busca incluir todos aqueles que estão inseridos nela, como no exposto:

(...)não é possível compreender estes temas prescindindo dos homens, é necessário que os homens implicados os compreendam também. A procura temática converte-se assim numa luta comum por uma consciência da realidade e uma consciência de si, que fazem desta procura o ponto de partida do processo de educação e da ação cultural de tipo libertador. (FREIRE, 1979, p.20)

Por meio da conjunção entre o midiativismo de favela e as formações o CFT busca não só pautar melhores condições de vida e a redução das desigualdades, mas também o fortalecimento do próprio coletivo por meio do recrutamento de novos membros com disposição ao engajamento.

Reunir jovens e adultos em prol da reflexão e incidência nas políticas públicas e melhorias para a comunidade pode ser visto como o objetivo principal das práticas ativistas do coletivo. Todavia, um ponto que ainda merece destaque nas práticas ativistas do coletivo

são as atividades culturais que são promovidas na comunidade e que irei abordar na próxima seção.

2.3 Atividades Culturais

A promoção de atividades culturais é outra prática ativista que observei durante o trabalho de campo junto ao Coletivo Força Tururu. Nesse período pude perceber que a comunidade conta com poucos eventos e atrações de lazer para os moradores. Em geral, apenas o Bar do Lula conta com atividades semanais, normalmente aos sábados, que costuma atrair uma parcela da população no seu entorno.

Entretanto, o repertório das atrações que costumam se apresentar no local ou são reproduzidas no som eletrônico não contemplam muitas vertentes artísticas da região e nem a própria diversidade dos moradores da comunidade.

Um exemplo das atividades de incentivo cultural que observei diz respeito a promoção de artistas locais, como o caso do MC Jessinho Autêntico. Morador da comunidade, Jessinho é conhecido de André, Cidi e Neto desde a infância e já integrou o CFT por um curto período. Jessinho foi aluno da Casa Herbert de Souza, onde teve aulas de percussão e música, os primeiros passos que o fizeram buscar uma carreira no ramo.

No ano de 2017, o CFT financiou e produziu o primeiro videoclipe de Jessinho, a música ‘Tururu, minha comunidade’⁴⁰. A produção teve grande repercussão e atualmente é o vídeo que conta com o maior número de visualizações no canal do CFT na plataforma YouTube, com mais de 9 mil. A popularidade do vídeo possibilitou a participação de Jessinho em um programa da TV Globo local⁴¹ e também num quadro de um dos jornais de maior circulação no estado, o Diário de Pernambuco⁴².

Conversei com Jessinho em novembro de 2019, no mesmo dia da oficina de grafite. Ele me relatou que a visibilidade do clipe ‘Tururu, minha comunidade’ fez com que sua música ‘viralizasse’ imediatamente entre os moradores, principalmente pelo aplicativo WhatsApp, trazendo não só visibilidade para o trabalho do artista como também oportunidades de patrocínio.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w8XmFDBgV38>. Acesso em Agosto de 2020.

⁴¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n119Flyxiso>. Acesso em Agosto de 2020.

⁴² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tgbu-_VM0aw. Acesso em Agosto de 2020.

Jessinho me disse que era procurado por alguns comerciantes locais para fazer propaganda de seus negócios, como lanchonetes, devido ao grande número de seguidores que ele conseguiu nas suas redes sociais. Isso fazia com que ele estivesse frequentemente utilizando o recurso de ‘*stories*’ do Instagram para postar a publicidade que lhe era enviada.

No ano de 2019 o CFT financiou a produção de mais uma música de Jessinho, desta vez batizada de ‘Chega pro Tururu’⁴³. Em comum, as letras do cantor trazem a valorização da comunidade como temática principal, citando nominalmente alguns pontos de referência, instituições de apoio como a Casa Herbert de Souza e o CFT, sempre embaladas pelo brega funk, ritmo local de grande sucesso nas comunidades da RMR.

Outro artista local que costuma aparecer em muitas produções e eventos organizados pelo coletivo é Seu Zeca do Rolete, nome artístico de José Galdino dos Santos. Seu Zeca é um mestre de coco de roda, ritmo de descendência afroameríndia que é considerado patrimônio cultural do Estado de Pernambuco.

Diferente de Jessinho, as composições de Seu Zeca não falam especificamente da comunidade, porém, pelo fato de morar no local há muitas décadas ele é presença constante nos eventos organizados pelo CFT⁴⁴. Seu Zeca já recebeu prêmios e homenagens do Governo de Pernambuco e do município do Paulista, tendo realizado turnês por todo o Brasil e pela Europa.

Pude acompanhar uma apresentação cultural em janeiro de 2020, dia em que foi realizada a exposição de fotografia ‘Uma Só Vida: do medo ao enfrentamento’. Na oportunidade se apresentaram MC Jessinho Autêntico, Seu Zeca do Rolete e o grupo de rap Guerrilha Zona Norte, que também é composto por moradores da comunidade. Os shows foram marcados por muitas mensagens de fortalecimento sobre a comunidade e os moradores, que prestigiaram e se reuniram na tradicional roda de coco puxada por Seu Zeca e família. No intervalo de cada atração os membros do CFT fizeram falas de fortalecimento, chamaram convidados ao microfone e sortearam brindes como camisetas do coletivo.

Observei inclusive a presença de pessoas de fora da comunidade, e até de outros estados. Ao fim de sua apresentação, Seu Zeca foi abordado por 2 pessoas que se apresentaram como pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP) e que trabalham com

⁴³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q7Qr9YGpR3s>. Acesso em agosto de 2020.

⁴⁴ Ver por exemplo: https://www.youtube.com/watch?v=gQu_7PmGQwc. Acesso em agosto de 2020.

a temática da cultura popular. Elas afirmaram que souberam da apresentação por meio das redes sociais do CFT e necessitavam realizar uma entrevista com o artista.

As atividades culturais são um momento importante de entretenimento para a população da comunidade, além de proporcionar o fortalecimento da identidade local e geração de renda para pequenos comerciantes. O CFT já organizou vários eventos no Tururu, como as exposições de fotografia, saraus, intervenções artísticas, além de apoiar eventos realizados por outras instituições locais, como o Dia do Saci, que é realizado pela Casa Herbert de Souza no dia 31 de outubro⁴⁵ e a Corrida Solidária que é realizada anualmente no dia 24 de dezembro⁴⁶.

Essas atividades se interligam com o midiativismo de favela e com as formações no trabalho de ativismo realizado pelo coletivo. Cada um tem sua importância no processo de conscientização e promoção de cidadania dentro da comunidade do Tururu. No próximo capítulo irei trazer contribuições das teorias sobre os movimentos sociais e da teoria crítica dos direitos humanos levando em conta esse conjunto de práticas.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oyFbsGgbDyg>. Acesso em Agosto de 2020.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T2zduaG4kU0>. Acesso em Agosto de 2020.

CAPÍTULO 3

3. ‘O crime não nos representa!’ - ações coletivas na construção dos direitos humanos

Neste capítulo busco relacionar o trabalho realizado pelo Coletivo Força Tururu com os estudos sobre movimentos sociais e a teoria crítica dos direitos humanos, indicando como tais espaços e suas práticas fortalecem uma ‘cultura de direitos’ e o incentivo à criação dos direitos humanos na comunidade do Tururu.

O repertório de ação do coletivo é pautado em práticas experimentais, com base em construções coletivas e de acordo com a viabilidade de recursos e oportunidades. Segundo Gohn (2011) os movimentos sociais são ‘fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes’ (GOHN, 2011, p.333), que se situam no campo da educação não formal. Nesse sentido, segundo a autora, os movimentos sociais ‘(...)aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social’ (GOHN, 2011, p.335).

Entendo a noção de movimentos sociais a partir da ideia de Touraine (2006), que os define como ‘uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada’ (TOURAINÉ, 2006, p.18). Para o autor, as ações dos movimentos sociais devem ir além das demandas que envolvem os contextos de produção e educação, passando a questionar suas particularidades, ‘isto é, em domínios socialmente definidos, uma dominação que, em sua natureza e em suas aplicações, tem um impacto geral.’ (TOURAINÉ, 2006, p.19).

No caso do CFT tal dominação tem relação com as dinâmicas que incidem diretamente na comunidade e em seus moradores, como é o caso da criminalidade violenta, a carência de políticas públicas e os desdobramentos da fala do crime. É na tentativa de combater a precariedade das condições sociais que estão imersos que os jovens da comunidade resolveram pautar ações que representassem seus anseios e demandas por melhores condições de vida.

Ações coletivas como a do Coletivo Força Tururu tem origem, segundo Melucci (1989), a partir de uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, estabelecida ‘dentro de um sistema de oportunidades e coerções’ (MELUCCI, 1989, p.52). Na opinião do autor italiano, na ação coletiva os participantes se unem em busca de bens que não são

mensuráveis, como solidariedade e identidade coletiva, visando estabelecer vínculos de relacionamento e reconhecimento entre seus participantes (MELUCCI, 1989).

A experiência prévia dos jovens do coletivo em projetos sociais na comunidade e a presença em espaços como o Congresso da PJMP foram fundamentais para estabelecer vínculos entre os participantes, incorporar repertórios de ação e fomentar atividades voltadas aos moradores do Tururu. Ao fazer a análise das ações e interações produzidas pelo coletivo, percebi que eles estabelecem uma espécie de ‘linha do tempo’, fazendo um resgate histórico do local⁴⁷, identificando as principais demandas coletivas e por fim construindo narrativas próprias, protagonizadas pelos próprios moradores da comunidade.

O coletivo então passou a atuar para dar visibilidade aos problemas da comunidade e ecoar a voz de seus moradores por meio de narrativas contra-hegemônicas nas mídias digitais, o midiativismo de favela. A comunicação cumpre um papel central para os movimentos sociais, já que eles operam na difusão de reivindicações para ‘pessoas comuns a pensar-se como parte de coletividades mais amplas e no mesmo plano de seus superiores’ (TARROW, 2009, p.66).

Isso porque, de acordo com Tarrow (2009), os movimentos travam suas lutas não apenas nas ruas, como também disputam a significação entre os indivíduos (TARROW, 2009). Esse campo de disputa é essencial na ação coletiva pois permite aos movimentos ‘enquadrar suas reivindicações de modo a atrair seguidores e construir redes sociais e conectivas que as liguem umas às outras, com uma definição compartilhada de realidade, de “nós” e “eles”’ (TARROW, 2009, p.138).

A produção midiativista fomenta essa realidade compartilhada entre os moradores no enfoque de suas histórias de vida, sua relação com o local, o trabalho que desenvolvem na comunidade, suas demandas e mesmo a representação de suas imagens numa posição de protagonismo e empoderamento, características das produções do CFT⁴⁸.

Nesse sentido, vi que o imaginário a respeito do coletivo estava muito atrelado à presença de câmeras. Na saída fotográfica realizada em dezembro de 2019 presenciei várias abordagens aos membros do coletivo solicitando participação nas fotos e filmagens,

⁴⁷ Esse resgate é feito com maior enfoque na primeira produção do CFT, o documentário ‘Tururu: justiça, paz e vida’.

⁴⁸ Um exemplo é o vídeo ‘Meu amor pelo Tururu’, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=owANuoBXdl4&ab_channel=ColetivoFor%C3%A7aTururu. Acesso em: setembro de 2020.

especialmente entre as crianças. Foi nesse momento que vi André mostrar o celular para uma criança de aparentemente 6 anos, lembrando que ele havia feito parte de um vídeo do CFT alguns anos atrás. André mostrou o vídeo provocando riso e atenção das crianças que brincavam na rua.

A simbologia e o significado da comunicação é muito presente neste tipo de ação, e ela é diretamente atrelada ao comportamento dos moradores. Nessa lógica, de acordo com Tarrow (2009):

Os símbolos da ação coletiva se instalam através de dois processos principais: a longo prazo, eles entram na consciência das pessoas através de um processo capilar de formação de consenso e mobilização; num prazo mais curto, eles afetam as pessoas através das transformações realizadas pela própria ação coletiva. O primeiro conjunto de processos pode ser visto no modo como os movimentos interagem com fontes autônomas de cultura e com a mídia, enquanto o segundo chama a atenção para os elementos performáticos no próprio processo de confronto. (TARROW, 2009, p. 147)

Apesar da ênfase que Tarrow (2009) concede ao processo contencioso nas dinâmicas da ação coletiva, observei que as disputas que o CFT protagoniza estão localizadas com maior destaque no campo cultural, não se furtando de atuar em ações que envolvam atores políticos institucionais. Dessa maneira, o coletivo atua como agente de pressão social, voltando suas ações para persuadir a sociedade civil sobre as suas próprias demandas (ALONSO, 2010).

As práticas do coletivo estão mais próximas das características dos ‘novos movimentos sociais’, que recorrem a formas de ação direta, ‘no nível dos próprios problemas sociais’ (ALONSO, 2010, p.60), sem disputar efetivamente uma ruptura no nível das instituições políticas.

Grupos como o CFT protagonizam novos projetos de sociedade, buscando ampliação não apenas na democracia política (no nível do Estado) como também no nível social, das transformações culturais no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2010). De acordo com Ângela Alonso:

Os genuinamente “novos” movimentos sociais seriam insurgentes contra a colonização do mundo da vida, contra os papéis institucionalizados de consumidor da sociedade de mercado, de cliente dos serviços públicos do *welfare state*, e mesmo de cidadão, fazendo a crítica das instituições políticas (ALONSO, 2010, p.63, grifo original).

Tais organizações se pautam na autogestão, buscando modelos de participação menos burocráticos e mais horizontais, com direcionamento descentralizado e não hierárquico. Esses modelos de organização são formas de se proteger da ‘influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia’ (ALONSO, 2010, p.63), mas também para promoção de igualdade nas decisões e promover uma atuação democrática.

Nesse sentido cabe destacar que as mídias digitais oferecem a infraestrutura comunicativa onde os movimentos sociais desenvolvem suas articulações e mobilizam seus pares, possibilitando formas mais dispersas e individualizadas de ação política, diferente da visão que se tinha dos movimentos como uma ‘massa’ homogênea e unificada (KAVADA, 2016).

No espaço das redes digitais se solidificam boa parte das parcerias que o CFT realiza com outros atores políticos coletivos, como a Rede COPPA e outras redes de apoio e deliberação coletiva. Apesar de esses agentes estarem situados fora da institucionalidade, percebi que existe uma mobilização constante em mapear espaços de interlocução perante a instituições. Isso ocorreu especialmente na discussão sobre as candidaturas progressistas que estavam no pleito das eleições para o Conselho Tutelar municipal, que ocorreu em setembro de 2019.

Na ocasião observei que houve um aumento na atividade, diálogos e tentativas de unificação de pautas, principalmente nas redes de articulação locais (como a Rede COPPA). Entendi que o objetivo de fiscalizar e tentar construir algum tipo de mediação dentro dos espaços de deliberação institucional é fundamental para tais grupos, na tentativa de defender o interesse coletivo ou a ampliação de direitos.

Segundo Abers e von Bülow (2010) o envolvimento de movimentos sociais e ativistas em espaços de diálogo institucional e construção de políticas têm sido um fator importante na América Latina desde a década de 1980 (ABERS; VON BÜLOW, 2010). Entretanto, as autoras argumentam que a participação em certas arenas institucionais ‘tem sido um tema extremamente polêmico’, já que a posição dos movimentos sobre a participação nestes espaços é bastante difusa (ABERS; VON BÜLOW, 2010, p.65).

Nessa busca pela construção de uma cultura democrática da comunidade que as articulações entre as ruas e as redes são mobilizadas. Na próxima seção irei abordar como o CFT atua para promover uma cultura de direitos e fortalecer os direitos humanos na comunidade do Tururu.

3.1 Espaços de luta para reivindicação da dignidade humana

Dentro do trabalho de campo pude observar que o Coletivo Força Tururu é um importante ator político dentro da comunidade, seja pelo seu trabalho em prol da população, como pelas iniciativas culturais ou da articulação de demandas coletivas junto a instituições públicas e privadas.

Esse papel é semelhante ao dos ‘grupos sociais populares’ definido por Gallardo (2019), nos quais atores ou grupos políticos se empenham de maneira libertadora para ‘transformar as condições de produção de sua vulnerabilidade mediante lógicas e instituições sociais que os empoderem como sujeito (com autonomia e autoestima)’ (GALLARDO, 2019, p.21).

As transformações que o autor se refere são o produto das lutas sociais, ou seja, das práticas coletivas que visam a superação das desigualdades e opressões na construção da dignidade humana e de uma cultura de direitos, sendo estes o próprio fundamento dos direitos humanos (GALLARDO, 2019). Esse pensamento é alinhado ao de outros autores da chamada teoria crítica dos direitos humanos, como Freire (1988, 2000), Herrera Flores (2009) e Rubio (2010, 2014).

Baseei-me nos escritos desses autores para compreender que as práticas do Coletivo Força Tururu consistem em ‘autoprodução de identidade e irradiação de autoestima social’, e que esse processo é parte de uma ‘busca pela transformação do caráter e do poder’ (GALLARDO, 2019, p. 22-23). Ao aprofundar-me no caráter sócio-histórico dos direitos humanos, base da teoria crítica, foi possível entender a distância que existe no cumprimento dos direitos que são positivados pelas instituições e aqueles que são reivindicados nos processos de luta (GALLARDO, 2019; RUBIO, 2014).

Em regiões como a América Latina são muitas as maneiras em que as convenções, tratados e valores em que se baseiam as políticas institucionais de direitos humanos são solapados pelos postulados do neoliberalismo, corolário econômico e político das elites governamentais da região desde meados dos anos 1980. Segundo Gallardo (2019), nas sociedades ocidentais burguesas o cumprimento dos direitos humanos é feito de forma aleatória e defasada, haja visto que é impossível efetivá-los de maneira integral dentro de um sistema que aprofunda as desigualdades (GALLARDO, 2019).

Países como o Brasil tem uma cultura de direitos humanos ‘hegemônica’, voltada ao fortalecimento dos parâmetros jurídico-formais e pós-violatório (RUBIO, 2014). Isso quer dizer que tais direitos estão reduzidos ao ambiente institucional e sua importância só é levada em consideração após a violação dos mesmos.

Na visão de Gallardo (2019) apenas aqueles direitos que são considerados fundamentais para o funcionamento do mercado, as chamadas ‘liberdades negativas’⁴⁹, são absolutos nas democracias burguesas. Já os chamados direitos sociais, e todos aqueles que dependem da ação do Estado para a sua garantia, são colocados em suspensão, haja visto que sua eficácia está atrelada ao produto das lutas sociais (GALLARDO, 2019).

Ademais, a institucionalização ou judicialização de tais direitos não são garantia de sua efetividade, já que são alvo permanente de disputas dentro do contexto geopolítico e econômico (GALLARDO, 2019).

Para o filósofo chileno, o capitalismo permite apenas a concessão de ‘direitos humanos para alguns, e ainda assim, direitos humanos fragmentados ou com a cidadania restrita’ (GALLARDO, 2019, p.86). O autor sustenta que a defesa dos direitos humanos só é possível a partir da existência de uma ‘cultura de direitos’, onde as pessoas em suas particularidades históricas se reconheçam enquanto detentoras de direitos (e com atenção permanente ao seu funcionamento) no processo das lutas sociais (GALLARDO, 2019).

Nesse sentido, Rubio (2014) reforça que a cultura de direitos garante a efetivação ‘não jurídica’ dos direitos humanos, ou seja, está ligada com ‘a sensibilidade sociocultural, ou grau de aceitação e o modo como os direitos humanos são assimilados, significados, ressignificados e entendidos’ entre aqueles que estão inseridos dentro de uma coletividade (RUBIO, 2014, p.128).

A cultura direitos é reforçada a partir das práticas vinculadas às lutas sociais e aos espaços de vivência democrática (localizados dentro e fora da institucionalidade), que são realizadas de maneira solidária e recíproca a partir do empoderamento dos cidadãos (RUBIO, 2010). É nesse espaço sociocultural dinâmico onde se constroem os direitos humanos, que como reforça Gallardo (2019):

(...)referem-se a uma ortopraxis (ações, instituições e lógicas libertadoras), não a uma ortodoxia (verdades discursivas porque doutrinárias). Traça, como toda experiência humana, muitos caminhos e contém também, como

⁴⁹ Aqui estão incluídos os chamados ‘direitos de primeira geração’, como a liberdade de expressão e a propriedade privada, ou seja, direitos onde o Estado não pode interferir a não ser para garanti-los. Mais informações ver Gallardo (2019, p.99).

toda experiência humana, fracassos e retrocessos. (GALLARDO, 2019, p.89)

Esses direitos são historicamente localizados e gestados ‘em lugares sociais diversos e implicam racionalidades diferentes e encontradas’ (GALLARDO, 2019, p.108). O lugar que o autor se refere é a sociedade, cujo espaço compreende dois âmbitos básicos:

A sociedade política, na qual se expressa o destino compartilhado, o bem comum, ou se busca com eficácia a maior felicidade para o maior número de pessoas, e a sociedade civil na qual se manifestam os interesses particulares legítimos, ou seja, lícitos. (GALLARDO, 2019, p.109)

Na lógica da sociedade capitalista a esfera política é conduzida pelo que o autor chama de ‘igualdade cidadã’, ou seja, o direito igualitário ao voto, da não discriminação e inviolabilidade (GALLARDO, 2019, p.109). Já na esfera civil se manifesta uma ‘hierarquização assimétrica’, onde se sobressaem os privilégios da divisão social do trabalho que são *locus* das iniciativas e mobilizações sociais contra as desigualdades.

São as desigualdades próprias do sistema capitalista que fomentam as lutas no seio da sociedade civil, que para Gallardo (2019) é emergente por definição. Segundo Herrera Flores (2009), o caráter excludente resultado da divisão social do ‘fazer humano’ exerce influência no modo em que os indivíduos têm acesso aos bens materiais e imateriais necessários para alcançar uma vida digna, fazendo com que constituam espaços de reivindicação por melhores condições (HERRERA FLORES, 2009).

Essas disputas estão diretamente ligadas ao caráter excludente e a ‘falsa universalidade burguesa de direitos humanos’ (GALLARDO, 2019, p.118). Um exemplo são as lutas por libertação nacional, por melhores condições de trabalho, e pelo fim das opressões que reduzem a importância dos cidadãos e reproduzem o extermínio (como a necropolítica) dentro da lógica capitalista.

Dessa forma, os direitos humanos só podem se constituir, segundo Gallardo (2019):

(...)exigindo uma teoria social e uma antropologia que assuma a diversidade irreduzível da experiência humana sobre o planeta e denuncie as tramas, também planetárias, e em particular culturais, que por todas as partes negam a essa gente diferenciada de seu estatuto de sujeito (GALLARDO, 2019, p.124-125).

É na compreensão dessas tramas sociais que se pode avançar na construção de uma sociedade democrática, aqui vista não enquanto um espaço regido pelos anseios da ‘maioria’

ou de uma relação burocrática exercida pelas elites políticas, mas a partir de um conjunto de práticas que extrapolam as instituições e a governabilidade, situando-se no espaço das relações cotidianas e sempre repensadas a partir das demandas coletivas em seu devido contexto sócio-histórico (RUBIO, 2014).

Para Rubio (2010), não se deve depender apenas da institucionalização da democracia para poder exercê-la, já que isso favorece a formação de sujeitos despolitizados, que exercem apenas uma ‘técnica procedimental’ de votar em eleições, além de que esse sistema estimula a captura dos interesses coletivos pelos atores hegemônicos (RUBIO, 2010).

Na visão de Herrera Flores (2009), os direitos humanos só podem se tornar uma prática em nossa sociedade a partir da superação da racionalidade capitalista. Nesse sentido, só com a generalização dos paradigmas oriundos das lutas e expectativas sociais é que se pode disputar outras diretrizes na organização do social. Nas palavras do autor espanhol:

Os direitos humanos não são conquistados apenas por meio das normas jurídicas que propiciam seu reconhecimento, mas também, e de modo muito especial, por meio de práticas sociais de ONGs, de associações, de movimentos sociais, de sindicatos, de partidos políticos, de iniciativas cidadãs e de reivindicações de grupos, minoritários (indígenas) ou não (mulheres), que de um modo ou de outro restaram tradicionalmente marginalizados do processo de positivação e de reconhecimento institucional de suas expectativas (HERRERA FLORES, 2009, p.71).

Só com o fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações é possível ‘generalizar processos igualitários’ no acesso aos bens necessários para viver de forma vida digna (HERRERA FLORES, 2009, p.32). Desta forma, é necessário entender os direitos humanos dentro de sua dimensão teórica e também prática, bem como dentro dos contextos específicos de quem os reivindica. O autor pontua que ‘o “direito” dos direitos humanos é, portanto, um meio -uma técnica-, entre muitos outros, na hora de garantir o resultado das lutas e interesses sociais’ (HERRERA FLORES, 2009, p.18).

Esse espaço de exercício da cidadania e das práticas democráticas onde se constroem os direitos humanos constituem o que Herrera Flores (2009) chama de ‘espaços de luta’. Essa noção tem bastante relação com o que observei durante o campo, pois segundo o autor:

Falar de espaço não consiste em fazê-lo a partir de contextos físicos ou lugares, mas sim de uma “construção simbólica” de processos nos quais se criam, reproduzem e transformam os sistemas de objetos (os produtos culturais: teorias, normas, crenças...) e os sistemas de ações (as formas de reagir frente aos entornos de relações nos quais se vive) (HERRERA FLORES, 2009, p.132)

A partir da formação desse ambiente de reivindicação coletivo é possível organizar as prioridades na busca pela dignidade humana, pois é neles onde se formam:

(...)visões alternativas e antissistêmicas que tenham como objetivo ir construindo as bases sociais e culturais de uma nova hegemonia. Por isso, para conhecer e praticar os direitos, é preciso situá-los nesses espaços simbólicos nos quais as relações de poder colocam os indivíduos em diferentes planos a partir dos quais se pode alcançar a dignidade (HERRERA FLORES, 2009, p.134).

As ações e práticas do CFT podem ser vistas a partir dessa noção de espaço de luta, onde o coletivo incentiva os moradores a participar de um ambiente em constante invenção de formas do que Herrera Flores (2009) chama de ‘construção simbólica’. Essa construção é protagonizada pelos próprios moradores do Tururu.

É no fomento de um ambiente de lutas onde as reivindicações por uma vida digna e da construção da autoestima que é possível interligar a teoria crítica dos direitos humanos com o trabalho do Coletivo Força Tururu. Esse trabalho culmina na seguinte ideia defendida por Herrera Flores (2009):

Quando um grupo determinado de pessoas ou um movimento social alternativo que encaminha a ação deles em uma direção diferente à imposta pela ordem hegemônica alcançam essa posição de força que lhes permite falar em sua própria linguagem, estamos nos aproximando de algo muito importante para uma teoria crítica dos direitos humanos: o empoderamento cidadão (HERRERA FLORES, 2009, p.56)

Esse empoderamento é resultado das lutas e de um ambiente democrático pautado em uma cultura de direitos, que se traduz no reconhecimento coletivo e na construção de uma coletividade. Na próxima seção apresento a relação do trabalho do CFT a partir da ideia de prática libertária na construção desses direitos.

3.2 - Sobre a práxis libertadora

Busquei até o presente capítulo apresentar o Coletivo Força Tururu e o trabalho que o grupo desenvolve a partir das suas práticas ativistas na comunidade do Tururu e nas mídias digitais. No período em que realizei o trabalho em campo e nas interações nas ruas e nas redes entendi que o CFT se constitui como um espaço de construção de práticas libertadoras

que fomentam experiências democráticas, que contribuem no fortalecimento de uma cultura de direitos entre os moradores do local.

As ações e atividades promovidas pelo coletivo são uma forma de incidir e refletir sobre o cotidiano da comunidade. A partir da conscientização que o sujeito se insere no processo histórico, atuando nele de forma dialética em nível sociocultural (FREIRE, 2000). Nas palavras de Paulo Freire (2000):

Na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valorar, de, finalmente, eticizar o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos (FREIRE, 2000, p.17)

Na compreensão da realidade é que se torna possível comunicá-la, produzir novos paradigmas e atuar cotidianamente para sua mudança. Com o aprimoramento de recursos e acesso a novos equipamentos, foi possível para o Coletivo Força Tururu se apropriar de novas linguagens e estruturas para comunicar sobre, pela e para a comunidade. Essas ações estão ligadas diretamente ao exposto por Freire (2000):

A leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade (FREIRE, 2000, p.21)

Anunciar uma nova comunidade, ou, retratá-la a partir de suas vozes é uma forma de reinventar o espaço em que estão inseridos. Nesse sentido, observei que as práticas do CFT são antes de tudo uma exteriorização das suas utopias, de seus anseios. O grupo imagina uma nova sociedade a partir do seu local de moradia, na tentativa de mobilizar seus pares para a produção de um bem-estar coletivo. De acordo com Paulo Freire, ‘a mudança do mundo implica na dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho’ (FREIRE, 2000, p.37).

Observei que os membros do grupo se empenham nas práticas ativistas para empoderar os moradores da comunidade em novas possibilidades de ação e reflexão, em busca de melhores condições de vida e formas de ressignificar a imagem da própria comunidade. Nesse sentido, Freire (1988) diz que é:

(...)indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é

fundamental, então, que, ao reconhecer o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora (FREIRE, 1988, p.23)

O conjunto de ações em prol dos moradores é essencial na construção de direitos humanos pois só é possível materializá-los a partir ‘da perspectiva das classes oprimidas, dos excluídos e das lutas por construir espaços onde essa visão da dignidade encontre marcos de transparência e responsabilidade social que tenham efetividade e aplicabilidade real’ (HERRERA FLORES, 2009, p.135).

A superação das situações de opressão em que os moradores da comunidade estão inseridos só pode ser superada por meio dessa prática de ‘reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo’ (FREIRE, 1988, p.25), princípio básico para a existência de uma ação coletiva como o CFT.

Nesse aspecto destaco que a práxis que o CFT desenvolve na construção da imagem da comunidade e de seus moradores é fundamental, afinal ‘quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual eles devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente’ (FREIRE, 1988, p.26).

Essa práxis está em constante adaptação e reinvenção, se moldando a partir do sistema de oportunidades e recursos. A constante reflexão e o diálogo nas ruas e nas redes proporciona uma experiência de aprendizado entre os próprios participantes, especialmente os mais jovens, que são o público-alvo do CFT. Nesse sentido, Paulo Freire explica que:

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. (FREIRE, 1988, p.51)

O trabalho do Coletivo Força Tururu está pautado na lógica de transformação e de incidência política e social no cotidiano da comunidade do Tururu. Em 11 anos de trabalho, várias produções de audiovisual, formações, exposições, debates, articulações, eventos culturais, o CFT se constituiu como um importante ator de mobilização dentro de um local totalmente negligenciado pelas ações do Estado. Em seguida farei minhas conclusões finais sobre este trabalho.

CONCLUSÃO

Ao longo da dissertação busquei refletir sobre as práticas de ativismo do Coletivo Força Tururu a partir de diferentes aspectos observados em campo e dos dados gerados na interação com o coletivo, a população da comunidade e com as produções das mídias digitais.

Percebi que o coletivo não compreende apenas um grupo de jovens que dedica parte do seu tempo e esforço para construir uma nova narrativa sobre o local. O CFT constitui um espaço que oferece aos jovens e adultos da comunidade uma vivência de construção democrática, a partir da valorização da identidade local, das ferramentas do midiativismo de favela, de uma prática pedagógica libertadora e do fortalecimento dos laços de solidariedade em suas atividades e eventos culturais.

A situação cotidiana de precariedade e o desejo de transformar a imagem em que sua comunidade era apresentada na mídia hegemônica serviu de mote para a ação do grupo de jovens. Estes, diga-se de passagem, como tantos neste país que estão na ponta de lança de uma política radical de extermínio gerida pelo Estado, questão que incide cotidianamente seu local de moradia.

A constante exposição a situações de violência, falta de qualidade dos serviços públicos disponíveis, falta de atividades culturais e de lazer, além da baixa escolaridade e o alto desemprego são uma realidade para boa parte dos moradores da comunidade do Tururu. Apesar disso, o trabalho permanente para mudar essa imagem começa na tentativa de ressignificar essas vivências, anunciar uma nova realidade onde as qualidades e valores dos moradores são o foco principal.

Em seus quase 12 anos de atividade, o Coletivo Força Tururu vem pautando o debate e atuando na incidência política junto com parceiros dentro e fora da comunidade, buscando a ampliação de acesso aos bens materiais e imateriais para se viver com dignidade, como por exemplo nas ações em favor da UBS ou nas pesquisas e formações junto aos moradores.

Mais do que isso, ao inserir a população dentro de um espaço de vivências democráticas, como deliberações coletivas, debates, exposições, atividades externas e de lazer o CFT se constitui enquanto um espaço de luta, que canaliza as demandas e possibilita aos jovens e adultos o fomento de uma cultura de direitos, onde cada um se reconheça a partir de suas singularidades.

Caminhando pela comunidade e refletindo com o apoio dos autores citados neste trabalho, pude entender que os direitos humanos, tão difíceis de explicar em sua essência, são uma construção a partir de um conjunto que abarca a promoção de lazer, saúde, segurança, educação, moradia, alimentação, saneamento e tantos outros recursos que nos são garantidos constitucionalmente, mas que na prática estão ofertados de forma aleatória ou insuficiente.

Em todas as oportunidades que estive na comunidade do Tururu percebi de alguma forma os reflexos do trabalho do CFT. A participação dos jovens, a oportunidade de se conectar com outras pessoas, redes, refletir sobre um problema ou mesmo se ver diante de uma tela são experiências que marcaram a vida de muitos jovens e adultos do lugar.

O Coletivo Força Tururu é um entre tantos atores sociais que hoje são fundamentais para compreensão do trabalho dos movimentos sociais nos grandes centros urbanos do país, e para pensar de que forma eles são responsáveis por nos fazer avançar no caminho de uma sociedade democrática. São experiências inovadoras, que dialogam com os cidadãos e ressignificam seus valores e instrumentos de luta.

Entretanto, é necessário que os movimentos sociais estejam atentos aos mecanismos e modelos de negócio utilizados pelas empresas que controlam as plataformas onde ocorre boa parte de sua comunicação, e que armazenam o conteúdo de suas produções e as informações sobre os seus participantes, tendo em vista os riscos aos ativistas e ao próprio sistema democrático. O ‘empoderamento digital’ em países do Sul Global deve ser incentivado a partir de políticas públicas que disponibilize uma infraestrutura de acesso e a construção de plataformas transparentes e regulamentadas.

Por isso, acredito que é fundamental aprimorar os canais onde são mobilizadas as comunicações onde o CFT apresenta seu trabalho. O investimento no uso de recursos digitais e na produção de informação é importante porque favorece a utilização de múltiplas linguagens e recursos, conectando-se com uma parcela maior da população do local, além possibilidade para além dos limites da comunidade e do bairro do Janga

Em um sistema democrático em plena crise, como é o caso do Brasil, se faz urgente a ampliação dos espaços de deliberação, além dos instrumentos de transparência e diálogo. Dentro de nossa experiência nacional, se faz urgente trazer cada vez mais pessoas da sociedade civil organizada para espaços de deliberação e poder, em especial em uma realidade onde ‘a periferia é o centro’.

BIBLIOGRAFIA

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. In: **Sociologias**, v.13, n.28, p. 52-84, 2011.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: Lua Nova [online] n.76, pp.49-86, 2009.
- BALSIGER, Philip; LAMBELET, Alexandre. Participant observation. In: DELLA PORTA, Donatella. **Methodological practices in social movement research**. New York: Oxford Press, 2014.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **Logic of the connective action: digital media and the personalization of contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BRANDÃO, Carlos. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUDÓ, Marília. **Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à violência estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- COLETIVO FORÇA TURURU, 2017. **Ele era meu filho, um vídeo de vida**. Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2017/07/ele-era-meu-filho-um-video-de-vida.html>. Acesso em: junho de 2020.
- _____, 2017a. **Como surgiu o Coletivo Força Tururu**. Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 12 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://coletivoforcatururu.blogspot.com/2017/02/como-surgiu-o-coletivo-forca-tururu.html>. Acesso em: junho de 2020.
- _____, 2017b. **Duas câmeras na mão e várias ideias na cabeça**. Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 29 de março de 2017. Disponível em:

<https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2017/03/duas-cameras-na-mao-e-varias-ideias-na.html>. Acesso em: julho de 2020.

_____, 2018. **Uma só vida. Nova campanha do Coletivo Força Tururu.** Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2018/12/uma-so-vida-nova-campanha-do-coletivo.html>. Acesso em: julho de 2020.

_____, 2019. **Pesquisa para focar na intervenção.** Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 1 de agosto de 2019. Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2019/08/pesquisar-para-focar-na-intervencao.html>. Acesso em: julho de 2020.

_____, 2019a. **Vídeos, fotografias e conexões - Coletivo Tururu.** Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2019/04/videos-fotografias-e-conexoes-coletivo.html>. Acesso em: Julho de 2020.

_____, 2019b. **Formação em comunicação popular com adolescentes.** Blog Coletivo Força Tururu. Paulista, 5 de agosto de 2019. Disponível em: <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2019/08/formacao-em-comunicacao-popular-com.html>. Acesso em: Agosto de 2020.

CUSTÓDIO, Leonardo. **Favela media activism: political trajectories of low-income Brazilian youth.** (Tese de doutorado) - University of Tampere, School of Communication, Media and Theatre, Finland, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro.** (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília - Faculdade de Direito, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GALLARDO, Helio. **Direitos humanos como movimento social: para uma compreensão popular da luta por direitos humanos.** Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2019.

GARCÍA, Rodrigo; TRERÉ, Emiliano. The #YoSoy132 movement and the struggle for media democratization in Mexico. In: **Convergence Journal**, n.4, v.20, p.496-510, 2015.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the streets: social media and contemporary activism**. London: Pluto Press, 2012.

GOBBI, Danniell. **Identidades em ambiente virtual: uma análise da rede Estudantes pela Liberdade**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 47, p. 333-361, 2010.

GUIMARÃES, Leandro. Periferias e espaços periféricos: um estudo de caso do Loteamento Jardim Catarina. In: **Revista Pegada**, v.16, n.2, p.227- 249, 2015.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: julho de 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2019. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: julho de 2020.

KATEMBERA, Serge. Ativismo digital na África: demandas, agendas, perspectivas. In: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

KAVADA, Anastasia. Creating the collective: social media, the Occupy Movement and it's constitution as a collective actor. In: **Information, Communication & Society**, n.18, v.8, p.872-886, 2015.

_____. Social movements and political agency in the digital age: a communication approach. In: **Media and Communication**, n. 4, v. 4, p. 8-12, 2016.

LIEVROUW, Leah. **Alternative and activist new media**. Cambridge: Polity Press, 2011.

MAIA, Junot de Oliveira. **Fogos digitais: letramentos de sobrevivência no Complexo do Alemão/RJ**. (Tese de doutorado). UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2017.

- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. In: **Lua Nova**, n.17, p.49-66, 1989.
- MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- NÓBREGA JR., José Maria. Homicídios em Pernambuco: dinâmicas e relações de causalidade. **Coleção Segurança com Cidadania**, v. 3, p. 237-260, 2009.
- PERNAMBUCO, Condepe/Fidem. **Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco - 2017**, 2018. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18784309&folderId=7025997&name=DLFE-328502.pdf. Acesso em: Setembro de 2020.
- RATTON, José Luiz; DAUDELIN, Jean. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. In: **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 8, p.173-183, 2018.
- REDE COPPA. **Atlas das áreas de maior vulnerabilidade no contexto da pandemia do novo coronavírus no município do Paulista-PE**. Paulista, 2020. Disponível em: https://issuu.com/comunicaus/docs/coppa_contra_a_covid19?utm_source=conversion_success&utm_campaign=Transactional&utm_medium=email&fbclid=IwAR21dOLS5ue6n43DBDZHdE664c8MZqu2twRJ9dyDxMqauXM2gEzWLL9xl4I. Acesso em: Junho de 2020.
- ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.
- RUBIO, David Sanchez. **Fazendo e desfazendo direitos humanos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- _____. **Encanto e desencanto dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
- SANTOS, Nina. **The reconfiguration of the communication environment: twitter in the 2013 Brazilian protests**. (Tese de doutorado). Université Paris II - École doctorale d'économie, gestion, information et communication, 2019.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2017.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Sociologia na Primeira Pessoa: fazendo pesquisa nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**, nº 49, p. 39-79, 1988

SOUZA, Patrícia Lânes. **Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude**. (Tese de doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2017.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TRERÉ, Emiliano. Social movements as information ecologies: Exploring the coevolution of multiple internet technologies for activism. **International Journal of Communication**, v. 6, p. 19, 2012.

_____. **Hybrid media activism: ecologies, imaginaries, algorithms**. London: Routledge, 2019.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. in: **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p.17-28, 2006.

VON BÜLOW, Marisa; VILAÇA, Luiz; ABELIN, Pedro Henrique. Varieties of digital activist practices: students and mobilization in Chile. In: **Information, Communication & Society**, p. 1-19, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs, 2019.